



<b>OBJETIVO</b>	<b>1</b>
<b>PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>1</b>
<b>1 GERENCIAMENTO DE RISCOS</b>	<b>2</b>
1.1 <b>Apetite de Risco</b>	<b>2</b>
1.2 <b>Cultura de Risco</b>	<b>3</b>
1.3 <b>Governança de Riscos e Capital</b>	<b>3</b>
1.4 <b>Remuneração Ajustada ao Risco</b>	<b>4</b>
<b>2 CAPITAL</b>	<b>5</b>
2.1 <b>Gerenciamento de Capital</b>	<b>5</b>
2.2 <b>Avaliação da Adequação de Capital</b>	<b>5</b>
2.3 <b>Teste de Estresse</b>	<b>5</b>
2.4 <b>Plano de Recuperação</b>	<b>6</b>
2.5 <b>Requerimento e Composição de Capital</b>	<b>6</b>
2.6 <b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>9</b>
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	9
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA <sub>MINT</sub> )	10
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	11
2.7 <b>Adicional de Capital Principal</b>	<b>11</b>
2.8 <b>Suficiência de Capital</b>	<b>12</b>
2.8.1 IRRBB - Risco de Variação das Taxas em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária	13
2.9 <b>Razão de Alavancagem</b>	<b>16</b>
<b>3 BALANÇO PATRIMONIAL E INSTITUIÇÕES</b>	<b>17</b>
3.1 <b>Balanço Patrimonial</b>	<b>17</b>
3.2 <b>Instituições integrantes das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco Holding</b>	<b>19</b>
Instituições que compõem o Consolidado Publicação e Conglomerado Prudencial	19
Instituições que compõem o Consolidado Publicação	20
Instituições não consolidadas	21
Instituições relevantes	21
<b>4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NÃO CLASSIFICADAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO</b>	<b>22</b>
<b>5 RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>23</b>
5.1 <b>Estrutura e Tratamento</b>	<b>23</b>
5.2 <b>Análise da Carteira de Crédito</b>	<b>24</b>
Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil	24
Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico	25
Prazo a decorrer das operações	25
Concentração nos Maiores Devedores	26
Operações em atraso	26
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	26
Instrumentos Mitigadores	27
Risco de Crédito de Contraparte	27
Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	29
Operações de Securitização	30
Derivativos de Crédito	31
<b>6 RISCO DE MERCADO</b>	<b>32</b>
6.1 <b>Estrutura e Tratamento</b>	<b>32</b>
6.2 <b>Análise da Carteira de Mercado</b>	<b>34</b>
Risco de taxa de juros na carteira bancária	34
Evolução da Carteira de Negociação	34
Evolução da Carteira de Derivativos	35
VaR - Consolidado Itaú Unibanco	35
VaR e VaR Estressado Modelo Interno - Carteira Regulatória	36
Teste de Estresse	36
Teste de Aderência	36
Apreçamento de Instrumentos Financeiros	36

<b>7 RISCO OPERACIONAL</b>	<b>37</b>
7.1 Estrutura e Tratamento	37
7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios	37
7.3 Validação Independente de Modelos de Risco	38
<b>8 RISCO DE LIQUIDEZ</b>	<b>39</b>
8.1 Estrutura e Tratamento	39
8.2 Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	39
8.3 Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	40
<b>9 OUTROS RISCOS</b>	<b>42</b>
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	42
Risco Socioambiental	42
Risco Regulatório e de Conformidade	42
Risco de Modelo	43
Risco Reputacional	43
Risco País	44
Risco de Negócio e Estratégia	44
<b>10 ANEXO I</b>	<b>45</b>
<b>11 GLOSSÁRIOS</b>	<b>48</b>
11.1 Glossário de Siglas	48
11.2 Glossário de Regulamentos	51

---

## Objetivo

O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco  *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através da Circular 3.678, e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês “*Risk Weighted Assets*”) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com os normativos institucionais do Itaú Unibanco.

Para informações suplementares às citadas neste documento, consultar os demais relatórios de acesso público disponíveis em [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores).

As informações contidas no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores), citadas neste documento, são complementares a esta publicação, e não houve alterações relevantes no período entre suas respectivas divulgações e a data-base deste relatório.

## Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 30 de setembro de 2019.

Índice de Capital Principal

**12,8%**

30 de junho de 2019: 13,6%

Índice de Nível I

**14,1%**

30 de junho de 2019: 14,9%

Índice de Basileia

**15,4%**

30 de junho de 2019: 16,3%

Capital Principal

**R\$ 113.235** milhões

30 de junho de 2019: R\$ 115.498 milhões

Nível I

**R\$ 124.856** milhões

30 de junho de 2019: R\$ 126.373 milhões

Patrimônio de Referência

**R\$ 136.755** milhões

30 de junho de 2019: R\$ 138.267 milhões

RWA

**R\$ 887.513** milhões

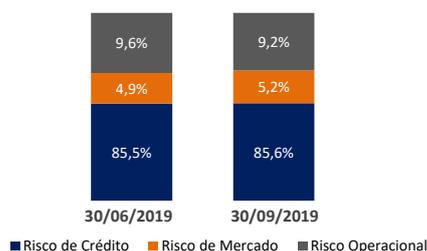
30 de junho de 2019: R\$ 847.001 milhões

Exposição ao Risco de Crédito

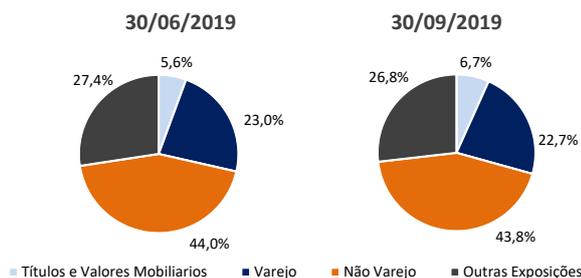
**R\$ 759.358** milhões

30 de junho de 2019: R\$ 724.300 milhões

Composição do RWA



Composição da Exposição ao Risco de Crédito<sup>(1)</sup>



<sup>(1)</sup> Classificação de acordo com as regras da Circular BACEN 3.644 e alterações posteriores.

### 1 Gerenciamento de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco busca por processos robustos de gerenciamento de riscos, que permeiem toda a instituição e que sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que fornecem os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- Sustentabilidade e satisfação dos clientes: a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- Cultura de Risco: a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. A Cultura de Risco está descrita no item 1.2 “Cultura de Risco”;
- Apreçamento do risco: o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita riscos que não conhece ou não tem vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- Diversificação: a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;
- Excelência operacional: o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;
- Ética e respeito à regulação: para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Em 21 de agosto de 2017, entrou em vigor a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, os requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês “*Risk Appetite Statement*”) e do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

O Itaú Unibanco está aderente às melhores práticas de gerenciamento de riscos e capital previstas na Resolução CMN 4.557, de forma que não possui impactos significativos decorrentes da sua adoção.

#### 1.1 Apetite de Risco

Em 2016 o Itaú Unibanco revisou sua política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo CA, que direciona a sua estratégia de negócios. O apetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do CA:

*“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”*

A partir da declaração, foram definidas cinco dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição;
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez;
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios;
- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas;
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos clientes, da exposição nas mídias, além da observância da conduta da instituição.

O CA é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao CA e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

### 1.2 Cultura de Risco

Visando a fortalecer os valores e a alinhar o comportamento dos colaboradores do Itaú Unibanco com as diretrizes estabelecidas para gestão de risco, a instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer a Cultura de Risco, que é baseada em quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco.

Complementarmente às políticas, procedimentos e processos de gestão de risco, a Cultura de Risco fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores no entendimento, identificação, mensuração, gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes às suas atividades, respeitando de maneira ética a gestão dos negócios.

A instituição promove a Cultura de Risco, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da instituição a assumir e gerenciar os riscos conscientemente. Com esses princípios disseminados, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio.

O Itaú Unibanco também disponibiliza canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que possam prejudicar os clientes ou ocasionar transtornos e/ou prejuízo para a instituição. Todos os colaboradores e terceiros têm a responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

### 1.3 Governança de Riscos e Capital

O CA é o órgão principal por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o CGRC é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, a instituição possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, presididos pelo vice presidente da Área de Riscos e Finanças (ARF).

Além disso, para dar suporte a essa estrutura, a ARF é estruturada por diretorias especializadas. O objetivo é assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A descrição detalhada dessa estrutura pode ser consultada no Relatório Anual Integrado, na seção Gestão de Riscos. O Relatório Anual Integrado está disponível no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Relatórios”.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, a saber:

- na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte realizam a gestão dos riscos por elas originados através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Assim, o controle centralizado provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- na terceira linha de defesa, a auditoria interna promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

### **1.4 Remuneração Ajustada ao Risco**

As diretrizes de Remuneração têm como objetivos atrair, reter e recompensar de forma meritocrática os colaboradores, incentivando níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazo. O Comitê de Remuneração, em linha com os requisitos da Resolução CMN 3.921 e do Normativo SARB 017/2016 da FEBRABAN e com reporte ao CA, é responsável por definir as diretrizes dos modelos de remuneração dos colaboradores e a política de remuneração dos administradores das empresas do Itaú Unibanco.

As práticas de remuneração levam em conta a estratégia da instituição, as legislações gerais e específicas para cada negócio ou região de atuação e a gestão adequada dos riscos ao longo do tempo. A remuneração variável considera os riscos correntes e potenciais, incentivando a busca de resultados sustentáveis e desencorajando tomadas de decisão que envolvam riscos excessivos e inadequados.

Para maiores informações sobre remuneração no Itaú Unibanco, consultar a Nota Explicativa “13 - Patrimônio Líquido”, das Demonstrações Contábeis Completas e/ou a seção “Gestão de Pessoas” do Relatório Anual Integrado, as quais podem ser visualizadas no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores).

## 2 Capital

### 2.1 Gerenciamento de Capital

O CA é o principal órgão no gerenciamento de capital do Itaú Unibanco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), processo que visa a avaliar a adequação do capital do Itaú Unibanco.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao CA documentos e temas relativos a capital.

De forma a prover informações necessárias ao CA, elaboram-se relatórios gerenciais que informam a adequação de capital da instituição, bem como as projeções de níveis de capital, em situações normais e de estresse. Há uma estrutura que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, pode ser visualizado no site [www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

### 2.2 Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Plano de Capital e Contingência;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e à Carta-Circular BACEN 3.841.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base dezembro de 2018 - apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

### 2.3 Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital do Itaú Unibanco. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise sistêmica, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco e a probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do CA. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse também é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital, não impactando o desenvolvimento de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do CA, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

### 2.4 Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

O Itaú Unibanco possui um Plano de Recuperação que contempla todo o conglomerado, incluindo as subsidiárias no exterior, e contém a descrição dos itens abaixo:

I – Funções críticas prestadas pelo Itaú Unibanco ao mercado, atividades que, se interrompidas bruscamente, poderiam impactar ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o funcionamento da economia real;

II- Serviços essenciais da instituição: atividades, operações ou serviços cuja descontinuidade poderia comprometer a viabilidade do banco;

III – Programa de monitoramento mensal, estabelecendo níveis críticos para um conjunto de indicadores, com vistas ao acompanhamento dos riscos e eventual gatilho para execução do Plano de Recuperação;

IV – Cenários de estresse, contemplando eventos que possam ameaçar a continuidade dos negócios e a viabilidade da instituição, incluindo testes reversos, que procuram identificar cenários remotos de risco, contribuindo para aumento da sensibilidade na gestão;

V – Estratégias de recuperação em resposta a diferentes cenários de estresse, incluindo os principais riscos e barreiras, além dos mitigadores destes últimos e os procedimentos para a operacionalização de cada estratégia;

VI – Plano de comunicação com partes interessadas, buscando tempestividade na execução do Plano, com o mercado, reguladores e demais públicos de interesse;

VII – Mecanismos de governança necessários à coordenação e execução do Plano de Recuperação, como por exemplo, a definição do diretor responsável pelo exercício no Itaú Unibanco.

Este plano é revisado anualmente e é submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Com essa prática, o Itaú Unibanco consegue demonstrar continuamente, desde a primeira edição em 2017 que, mesmo em cenários severos, com probabilidade de ocorrência remota, possui estratégias capazes de gerar recursos suficientes para assegurar a manutenção sustentável de atividades críticas e serviços essenciais, sem prejuízos aos clientes, ao sistema financeiro e aos demais participantes dos mercados em que atua.

O Itaú Unibanco assegura a manutenção do exercício de forma a garantir que as estratégias permaneçam atualizadas e viáveis frente às mudanças organizacionais, concorrenciais ou sistêmicas.

### 2.5 Requerimento e Composição de Capital

Os requerimentos mínimos de capital do Itaú Unibanco são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível (Patrimônio de Referência) e os ativos ponderados pelo risco. Estes índices seguem o conjunto<sup>(1)</sup> de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN, alinhados aos padrões globais de requerimento de capital (Basileia III).

O Patrimônio de Referência (PR) consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais;
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I;
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

---

<sup>(1)</sup> As normas que implantaram as regras de Basileia III no Brasil foram divulgadas a partir de 1º de março de 2013, através das Resoluções do CMN 4.192 a 4.195 (a Resolução 4.195 foi revogada pela Resolução 4.280), em conjunto com 15 Circulares publicadas pelo BACEN em 4 de março do mesmo ano, bem como alterações posteriores.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Os índices de Capital Total (PR), de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial<sup>(2)</sup>, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais a instituição retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional.

As abordagens de risco de crédito, mercado e operacional estão descritas no item “2.6 Ativos Ponderados pelo Risco”.

O índice mínimo de capital requerido a partir de 1º de janeiro de 2019 é de 8%.

As normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACP<sub>Conservação</sub>, ACP<sub>Contracíclico</sub> e ACP<sub>Sistêmico</sub> que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo, conforme definido na Resolução CMN 4.193.

### Cronograma de Implantação de Basileia III

	2018	2019 <sup>(2)</sup>
Capital Principal	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%
<b>Capital Total</b>	<b>8,625%</b>	<b>8,0%</b>
<b>Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>2,375%</b>	<b>3,5%</b>
de Conservação	1,875%	2,5%
Contracíclico <sup>(1)</sup>	0%	0%
de Importância Sistêmica	0,5%	1,0%
<b>Capital Principal + ACP</b>	<b>6,875%</b>	<b>8,0%</b>
<b>Capital Total + ACP</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,5%</b>
<b>Deduções dos Ajustes Prudenciais</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> ACP<sub>Contracíclico</sub> é fixado pelo Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) com base nas discussões acerca do ritmo de expansão do crédito (Comunicado BACEN nº 30.371/17), e atualmente está definido em zero (Comunicado BACEN nº 34.133/19). Na hipótese de elevação do requerimento, o novo percentual vigorará a partir de doze meses após a divulgação.

<sup>(2)</sup> Requerimentos válidos de 1º de janeiro de 2019 em diante.

Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192. Essa reforma incluiu um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

### Composição do Patrimônio de Referência

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	125.719	125.737	125.035
Participações de Acionistas de Não Controladores	12.712	12.428	13.580
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	50	50	467
<b>Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)</b>	<b>138.481</b>	<b>138.215</b>	<b>139.082</b>
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(25.246)	(22.717)	(25.769)
<b>Capital Principal</b>	<b>113.235</b>	<b>115.498</b>	<b>113.313</b>
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	11.513	10.769	7.985
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	108	106	88
<b>Capital Complementar</b>	<b>11.621</b>	<b>10.875</b>	<b>8.073</b>
<b>Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)</b>	<b>124.856</b>	<b>126.373</b>	<b>121.386</b>
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	11.833	11.833	15.778
Ajustes Prudenciais do Nível II	66	61	88
<b>Nível II</b>	<b>11.899</b>	<b>11.894</b>	<b>15.866</b>
<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>136.755</b>	<b>138.267</b>	<b>137.252</b>

R\$ milhões

Os Ajustes Prudenciais mais relevantes para o Itaú Unibanco são apresentados na tabela a seguir. Juntos, eles correspondem a mais de 90% dos ajustes prudenciais em 30 de setembro de 2019.

<sup>(2)</sup> Maiores detalhes do Conglomerado Prudencial podem ser consultados na Circular BACEN 3.701, na Resolução CMN 4.280 ou no link: <http://www.bcb.gov.br/?REGPRUDENCIAL>.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Composição dos Ajustes Prudenciais

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018	Ref. Anexo I
Ágios pagos na aquisição de investimentos	6.143	6.400	8.354	(e)
Ativos Intangíveis	8.001	7.921	7.895	(h) / (i)
Créditos tributários de Prejuízos Fiscais	4.611	4.659	6.093	(b)
Excedente de capital principal de não controladores	383	359	343	
Ajuste relativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.794)	(1.932)	(1.309)	
Ajustes prudenciais sujeitos aos limites de isenção (crédito tributário de diferenças temporárias, investimentos em seguradoras e investimentos em instituições financeiras não consolidadas).	7.682	5.107	4.348	
Outros	220	203	45	
<b>Total</b>	<b>25.246</b>	<b>22.717</b>	<b>25.769</b>	

R\$ milhões

No terceiro trimestre de 2019, o Itaú Unibanco não recomprou ações de emissão própria. As ações que foram recompradas em exercícios anteriores ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R\$ (1.307) milhões em 30 de setembro de 2019. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados / prescritos, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R\$ 26.442 milhões. Os dividendos/JCP são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital.

A composição detalhada do Patrimônio de Referência pode ser observada no Anexo I – “Composição do Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre a adequação do PR” - deste documento.

A tabela abaixo apresenta as emissões de dívidas subordinadas e outros instrumentos elegíveis a capital complementar e Nível II:

Instrumentos Elegíveis a Capital Complementar	Vencimentos						30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	> 5 anos ou Perpétua	Total	Total	Total
Dívida Subordinada Perpétua	-	-	-	-	-	11.513	11.513	10.769	7.985
<b>Instrumentos Elegíveis a Capital Complementar (set/19)</b>	-	-	-	-	-	<b>11.513</b>	<b>11.513</b>	<b>10.769</b>	<b>7.985</b>

R\$ milhões

Instrumentos Elegíveis a Capital Nível II	Vencimentos						30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	> 5 anos	Total	Total	Total
Letras Financeiras	52	14	2.883	2.043	-	-	4.992	4.938	7.556
Euronotes	4.238	5.214	15.283	7.849	-	-	32.584	29.977	31.314
<b>Dívida Subordinada (set/19)</b>	<b>4.290</b>	<b>5.228</b>	<b>18.166</b>	<b>9.892</b>	-	-	<b>37.576</b>	<b>34.915</b>	<b>38.870</b>
Dívida Subordinada não elegível a capital	32	42	147	305	709	5.135	6.370	6.284	14.851
Dívida Subordinada - Total (set/19)	4.322	5.270	18.313	10.197	709	5.135	43.946	41.199	53.721
<b>Dívida Subordinada após redutor (set/19)</b>	-	<b>1.046</b>	<b>7.266</b>	<b>5.935</b>	-	-	<b>14.247</b>	<b>14.874</b>	<b>20.777</b>
Dívida Subordinada Elegível a capital (dez/12)	-	990	290	4.235	7.093	26.514	39.122		
Ações Preferenciais Resgatáveis (dez/12)	-	-	323	-	-	-	323		
<b>Instrumentos com aplicação do Limitador (dez/12)<sup>(1)</sup></b>	-	<b>297</b>	<b>184</b>	<b>1.270</b>	<b>2.128</b>	<b>7.954</b>	<b>11.833</b>		
<b>Instrumentos Elegíveis a Capital (set/19)<sup>(2)</sup></b>	-	<b>297</b>	<b>184</b>	<b>1.270</b>	<b>2.128</b>	<b>7.954</b>	<b>11.833</b>		
<b>Total de Instrumentos Elegíveis a Capital (set/19)</b>	-	<b>297</b>	<b>184</b>	<b>1.270</b>	<b>2.128</b>	<b>19.467</b>	<b>23.346</b>		

R\$ milhões

<sup>(1)</sup> Instrumentos elegíveis a capital de dez/12 com aplicação do limitador de acordo com art. 28º da Resolução CMN 4.192.

<sup>(2)</sup> Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de set/19, foi considerado o saldo dos instrumentos elegíveis a capital de dez/12.

Maiores detalhes referentes aos instrumentos integrantes do Patrimônio de Referência podem ser visualizados no site [www.itaunibanco.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunibanco.com.br/relacoes-com-investidores), seção “Relatórios” – “Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global” - Anexo I e II - Pilar 3, Anexo II – “Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)”.

A Circular BACEN 3.751 determina a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. O valor mínimo para uma instituição ser considerada de importância sistêmica global é de 130, esse índice para o Itaú Unibanco foi de 42 em 2017. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global podem ser visualizadas no site [www.itaunibanco.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunibanco.com.br/relacoes-com-investidores), seção “Relatórios”, “Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global”.

A aderência do BACEN às normas recomendadas pelo Comitê de Basileia foi avaliada no final de 2013 através do programa “Regulatory Consistency Assessment Programme” (RCAP)<sup>(3)</sup>. As regras vigentes no Brasil foram consideradas aderentes - nos termos do Bank for International Settlements (BIS), o Brasil foi considerado uma “compliant jurisdiction” - ou seja, os

<sup>(3)</sup> Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP). Assessment of Basel III regulations in Brazil, December 2013, com atualização em março de 2018.

padrões de capital estabelecidos no Brasil atendem aos requisitos mínimos internacionalmente vigentes. As divergências apontadas foram consideradas pouco significativas.

### Requisitos mínimos de capital para Seguros

Os requerimentos mínimos de capital para os riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras são estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), através da Resolução CNSP 321 e alterações posteriores.

## 2.6 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

- $RWA_{CPAD}$  = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- $RWA_{MINT}$  = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674;
- $RWA_{OPAD}$  = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

A tabela abaixo apresenta de forma consolidada a evolução da composição do RWA do Itaú Unibanco.

#### Composição dos Ativos Ponderados Pelo Risco

*R\$ milhões*

Exposições ao Risco	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )	759.358	85,6%	724.300	85,5%	713.435	87,8%
Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MINT}$ )	46.587	5,2%	41.360	4,9%	26.356	3,2%
Ativos Ponderados de Risco Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )	81.568	9,2%	81.341	9,6%	72.833	9,0%
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>887.513</b>	<b>100,0%</b>	<b>847.001</b>	<b>100,0%</b>	<b>812.625</b>	<b>100,0%</b>

### Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados pelo risco de crédito ( $RWA_{CPAD}$ ), cuja parcela é regulamentada pela Circular BACEN 3.644, segregados por fator de ponderação de risco e por tipo de ativos:

**Abertura dos ativos ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )**

R\$ milhões

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Exposições ao Risco</b>			
<b>Ativos Ponderados de Risco de Crédito (<math>RWA_{CPAD}</math>)</b>	<b>759.358</b>	<b>724.300</b>	<b>713.435</b>
<b>a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):</b>			
FPR de 2%	113	128	138
FPR de 4%	445	362	299
FPR de 10%	-	-	346
FPR de 20%	8.412	8.550	8.720
FPR de 35%	21.838	21.104	19.194
FPR de 50%	55.410	52.499	45.085
FPR de 75%	172.036	166.689	153.953
FPR de 85%	110.820	95.583	69.672
FPR de 100%	322.190	320.511	341.342
FPR de 150% <sup>(1)</sup>	133	0	-
FPR de 250%	42.463	43.312	42.492
FPR de 300% <sup>(2)</sup>	12.002	6.028	15.610
FPR até 1250% <sup>(3)</sup>	718	965	2.301
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contraparte	4.050	2.956	5.894
Default Funds <sup>(4)</sup>	11	11	4
Securitização <sup>(5)</sup>	8.717	5.602	8.385
<b>Ativos Ponderados de Risco de Crédito (<math>RWA_{CPAD}</math>)</b>	<b>759.358</b>	<b>724.300</b>	<b>713.435</b>
<b>b) Por Tipo:</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	50.730	40.506	39.378
Operações de Crédito - Varejo	134.245	129.621	119.876
Operações de Crédito - Não Varejo	277.256	264.657	258.853
Coobrigações - Varejo	134	146	161
Coobrigações - Não Varejo	44.131	42.867	46.027
Compromissos de Crédito - Varejo	37.658	36.922	33.875
Compromissos de Crédito - Não Varejo	11.435	11.507	10.544
Derivativos - Ganho Potencial Futuro <sup>(6)</sup>	4.782	4.748	4.739
Operações de Intermediação	2.040	1.350	3.292
Outras Exposições	196.947	191.976	196.690

<sup>(1)</sup> A partir de janeiro/19, passou a vigorar a Circular 3.921 alterando as regras de FPR para exposições a Soberanos estrangeiros.

<sup>(2)</sup> A partir do 3º trimestre de 2018, considera o impacto da Resolução CMN 4.680.

<sup>(3)</sup> Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

<sup>(4)</sup> A partir do 1º trimestre de 2018, os saldos referentes a Default Funds estão sendo ponderados de acordo com o cálculo definido no Art. 20-A da Circular 3.644 (alterada pela Circular 3.849), substituindo o FPR de 1250%.

<sup>(5)</sup> A partir do 1º trimestre de 2018, o saldo referente a Securitização está sendo divulgado segregadamente, de acordo com o cálculo definido na Circular 3.848.

<sup>(6)</sup> Os saldos de Derivativos - Ganho Potencial Futuro estão distribuídos em seus respectivos FPRs.

**Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MINT}$ )**

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o Itaú Unibanco a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulatório ( $RWA_{MINT}$ ), em substituição à parcela  $RWA_{MPAD}$ , conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Entre as unidades externas, a Argentina tem seu capital de mercado calculado sob modelos internos, enquanto para as demais unidades (Chile, Itaú BBA International, Colômbia, Paraguai e Uruguai) utiliza-se a abordagem padronizada.

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados pelo risco de mercado ( $RWA_{MINT}$ ) que é regulamentado pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Abertura dos Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA<sub>MINT</sub>)<sup>(1)</sup>

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA<sub>MPAD</sub>)</b>	<b>58.233</b>	<b>51.700</b>	<b>32.946</b>
<b>Operações sujeitas à variação de taxas de juros</b>	<b>55.468</b>	<b>47.413</b>	<b>28.860</b>
Prefixadas denominadas em real	3.200	1.976	3.519
Cupons de moedas estrangeiras	43.697	37.388	19.130
Cupom de índices de preços	8.571	8.049	6.211
Cupons de taxas de juros	-	-	0
<b>Operações sujeitas à variação do preço de commodities</b>	<b>858</b>	<b>900</b>	<b>643</b>
<b>Operações sujeitas à variação do preço de ações</b>	<b>751</b>	<b>805</b>	<b>418</b>
<b>Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial</b>	<b>1.156</b>	<b>2.582</b>	<b>3.025</b>
<b>Piso de Ativos Ponderados de Risco de Mercado com Base no Modelo Padronizado (RWA<sub>MPAD</sub>)<sup>(1)</sup> (a)</b>	<b>46.587</b>	<b>41.360</b>	<b>26.356</b>
<b>Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculados através de modelos internos (b)</b>	<b>44.837</b>	<b>40.008</b>	<b>23.378</b>
<b>Redução de Ativos Ponderados de Risco de Mercado devido aos modelos internos</b>	<b>(11.646)</b>	<b>(10.340)</b>	<b>(6.589)</b>
<b>Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA<sub>MINT</sub>) - máximo entre (a) e (b)</b>	<b>46.587</b>	<b>41.360</b>	<b>26.356</b>

<sup>(1)</sup> Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos, com possibilidade máxima de economia de 20% do modelo padrão.

Em 30 de setembro de 2019, o RWA<sub>MINT</sub> totalizou R\$ 46.587 milhões, que corresponde ao valor dos 80% do RWA<sub>MPAD</sub> e que é superior à necessidade de capital apurada através dos modelos internos, que foi de R\$ 44.837 milhões.

### Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)

As Circulares BACEN 3.640, 3.316 e alterações posteriores estabelecem os critérios de apuração da parcela de ativos ponderados de risco operacional (RWA<sub>OPAD</sub>). O Itaú Unibanco adota a Abordagem Padronizada Alternativa. De acordo com a regulação vigente, o valor da exposição RWA<sub>OPAD</sub> é calculado semestralmente com informações relativas às datas base 30 de junho e 31 de dezembro.

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados pelo risco operacional:

### Abertura dos ativos ponderados de Risco Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)</b>	<b>81.568</b>	<b>81.341</b>	<b>72.833</b>
Varejo	14.005	13.985	12.822
Comercial	27.536	27.818	26.214
Finanças Corporativas	2.746	2.819	2.697
Negociação e Vendas	15.430	15.461	11.736
Pagamentos e Liquidações	8.802	8.897	8.282
Serviços de Agente Financeiro	4.641	4.672	4.343
Administração de Ativos	8.101	7.661	6.715
Corretagem de Varejo	307	27	24

## 2.7 Adicional de Capital Principal

A partir do primeiro trimestre de 2016, entrou em vigor a exigência de Adicional de Capital Principal (ACP). O valor detalhado de suas parcelas é apresentado a seguir:

### Adicional de Capital Principal Total (ACP<sub>Total</sub>)

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP<sub>Requerido</sub>)</b>	<b>31.063</b>	<b>29.645</b>	<b>19.300</b>
de Conservação	22.188	21.175	15.237
Contracíclico	-	-	-
de Importância Sistêmica	8.875	8.470	4.063

A Circular BACEN 3.769 estabelece a metodologia de apuração da parcela do Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACP<sub>contracíclico</sub>). A seguir, detalhes da parcela são apresentados nas jurisdições relevantes:

**Adicional de Capital Principal Contracíclico (ACP<sub>contracíclico</sub>)** <sup>(1) (2)</sup>

R\$ milhões

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
	<b>RWA<sub>cprNBi</sub></b>		
Brasil	495.987	475.089	426.402
Chile <sup>(3)</sup>	86.710	82.934	93.566
<b>Total</b>	<b>582.697</b>	<b>558.023</b>	<b>519.968</b>

(1) Parcela do montante RWA relativa às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário nas jurisdições relevantes.

(2) Valor para o percentual do adicional de capital principal contracíclico para as jurisdições é zero.

(3) Metodologia de apuração da parcela de adicional contracíclico não anunciada nessa jurisdição. De acordo com o artigo 2º da Circular BACEN 3.769, deve ser utilizado o valor ACCP do Brasil.

## 2.8 Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 30 de setembro de 2019, o PR alcançou R\$ 136.755 milhões, sendo R\$ 124.856 milhões referentes a Nível I e R\$ 11.899 milhões referentes a Nível II.

### Suficiência de Capital

R\$ milhões

	30/09/2019				30/06/2019				30/09/2018			
	Valor Requerido	Valor Atual	Índice requerido	Índice Atual	Valor Requerido	Valor Atual	Índice requerido	Índice Atual	Valor Requerido	Valor Atual	Índice requerido	Índice Atual
Capital Principal	39.938	113.235	4,5%	12,8%	38.115	115.498	4,5%	13,6%	36.568	113.313	4,5%	13,9%
Capital Complementar	-	11.621	-	-	-	10.875	-	-	-	8.073	-	-
<b>Nível I</b>	<b>53.251</b>	<b>124.856</b>	<b>6,0%</b>	<b>14,1%</b>	<b>50.820</b>	<b>126.373</b>	<b>6,0%</b>	<b>14,9%</b>	<b>48.758</b>	<b>121.386</b>	<b>6,0%</b>	<b>14,9%</b>
Nível II	-	11.899	-	-	-	11.894	-	-	-	15.866	-	-
<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>71.001</b>	<b>136.755</b>	<b>8,0%</b>	<b>15,4%</b>	<b>67.760</b>	<b>138.267</b>	<b>8,0%</b>	<b>16,3%</b>	<b>70.089</b>	<b>137.252</b>	<b>8,625%</b>	<b>16,9%</b>
Adicional de Capital Principal (ACP)	31.063		3,5%		29.645		3,5%		19.300		2,375%	

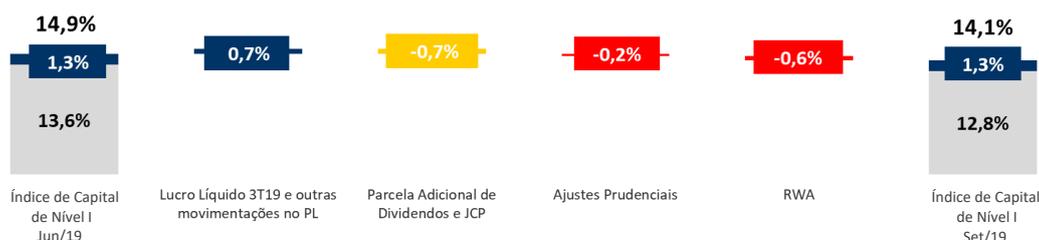
O Índice de Basileia atingiu 15,4% em 30 de setembro de 2019, com queda de 0,9 ponto percentual em relação a 30 de junho de 2019, devido principalmente ao crescimento dos ativos ponderados pelo risco de crédito (RWA<sub>CPAD</sub>), em função do crescimento da carteira de crédito e da depreciação do real, e também pela deliberação de dividendos, parcialmente compensados pelo lucro no período.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 65.754 milhões, superior ao ACP de R\$ 31.063 milhões, amplamente coberto pelo capital disponível.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 30 de setembro de 2019, o índice de imobilização atingiu 27,7% apresentando uma folga de R\$ 30.437 milhões.

Em 30 de setembro de 2019, o índice de Nível I atingiu 14,1%. O índice de Capital Principal atingiu 12,8%.

### Índice de Capital Nível I



### 2.8.1 IRRBB - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária

A Circular BACEN nº 3.876, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*).

Para fins desta Circular, definem-se:

- $\Delta$ EVE (*Delta Economic Value of Equity*) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- $\Delta$ NII (*Delta Net Interest Income*) como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

As análises de sensibilidade da carteira bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis ou econômicos, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Itaú Unibanco.

A instituição utiliza a metodologia interna para mensuração de  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII. Os valores apurados para o  $\Delta$ EVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que  $\Delta$ NII indica potencial volatilidade aos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

Em cumprimento da circular, estão discriminadas abaixo as informações qualitativas e quantitativas acerca do gerenciamento de risco relativo ao IRRBB no Itaú Unibanco.

#### Estrutura e tratamento

O risco de taxa de juros da carteira bancária refere-se ao risco potencial de impacto na suficiência de capital e/ou nos resultados de intermediação financeira devido a movimentos adversos das taxas de juros, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O principal objetivo da gestão de ativos e passivos é maximizar a relação entre retorno e risco das posições contidas na carteira bancária, levando em conta o valor econômico dos ativos/passivos e os impactos nos resultados do exercício e nos resultados futuros.

O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira bancária ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui políticas e controles de risco que visam a garantir a adequação ao apetite de risco da instituição. O framework do IRRBB possui limites gerenciais granulares para diversas métricas de risco e limites consolidados de  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII e limites associados a testes de estresse.

A unidade de gerenciamento de ativos e passivos é responsável pela gestão dos descasamentos entre fluxos ativos e passivos por faixa de prazos e atua na mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de hedge econômico e de hedge contábil.

Todos os modelos associados ao IRRBB possuem um processo robusto de validação independente e seus modelos são aprovados pela CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos). Além disso, todos os modelos e processos são avaliados pela auditoria interna.

O framework de risco de taxas de juros da carteira bancária possui medidas de risco gerenciais que são calculadas diariamente para o controle de limites. As métricas de  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII são avaliadas em relação aos limites de apetite de risco e as demais métricas de risco em relação aos limites de risco gerenciais.

No processo de gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária, o tratamento dispensado às operações sujeitas às opcionalidades automáticas é feito por meio de modelos de marcação a mercado que decompõe os produtos, sempre que possível, em instrumentos lineares e não lineares. Os instrumentos lineares são tratados de maneira análoga

aos demais instrumentos sem opcionalidades e os instrumentos não lineares possuem um tratamento específico dado por meio de um Add-on nas métricas de  $\Delta EVE$  e  $\Delta NII$ .

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais são classificadas como depósitos sem vencimento contratual definido ou produtos sujeitos a pré-pagamento. Os depósitos sem vencimento são classificados em relação à sua natureza e estabilidade para garantir adequação das premissas em relação aos limites regulatórios. O tratamento dispensado aos produtos sujeitos a pré-pagamento é feito por meio de modelos de análise de sobrevivência, cuja dinâmica é determinada com base no comportamento histórico das carteiras. Os fluxos dos instrumentos que possuem características homogêneas são ajustados por modelos específicos de forma a refletir de maneira mais adequada os fluxos de reapreçamento dos instrumentos.

A carteira bancária é composta por operações ativas e passivas originadas pelos diversos canais comerciais (varejo e atacado) do Itaú Unibanco. As exposições de risco de mercado inerentes à carteira bancária são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços.

No IRRBB, são consideradas ainda as operações de hedge que buscam mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e suas assimetrias contábeis.

O risco de mercado gerado pelos descasamentos estruturais é gerenciado por meio de vários instrumentos financeiros, como derivativos de bolsa e no mercado de balcão. Em alguns casos, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como hedge contábil, de acordo com suas características de risco e fluxo de caixa. Nestes casos, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de hedges são definidos pela Circular BACEN nº 3.082.

A modelagem do IRRBB inclui uma série de premissas:

- O  $\Delta EVE$  e o  $\Delta NII$  são mensurados com base nos fluxos de caixa dos instrumentos da carteira bancária, decompostos nos seus fatores de risco isolando o efeito de taxa de juros e dos componentes de spread;
- Para depósitos sem vencimento os modelos são classificados quanto a sua natureza e estabilidade e distribuídos no tempo considerando os limites regulatórios;
- A instituição utiliza modelos de análise de sobrevivência para o tratamento de operações de crédito sujeitas ao pré-pagamento e modelos empíricos para operações sujeitas ao resgate antecipado;
- A reprecificação de prazo médio atribuída aos depósitos sem vencimento contratual é definido em 1,25 anos;
- A reprecificação de prazo máximo atribuída aos depósitos sem vencimento contratual é definido em 33,33 anos.

O Art. 39 da circular estabelece a necessidade de publicação do  $\Delta EVE$  e  $\Delta NII$ , considerando os cenários de choques padronizados descrito pelo Art. 11. A instituição optou pela publicação adicional das medidas supracitadas considerando os cenários internos por entender que os choques instantâneos definidos pela abordagem padronizada e sua respectiva aplicação são muito conservadores. O Itaú Unibanco entende que os cenários internos definidos por meio de metodologias estatísticas, que consideram o comportamento da distribuição histórica das curvas de juros, representam de forma mais adequada o risco potencial decorrente da volatilidade das taxas de juros. Adicionalmente, o modelo interno está mais aderente à forma como o conglomerado gerencia seus riscos.

Na tabela abaixo são apresentados os principais resultados decorrentes das mudanças nas taxas de juros sobre a carteira bancária nos cenários padronizados (art. 11) e nos cenários internos. Destaca-se que, seguindo a regulamentação, as potenciais perdas estão representadas por valores positivos e os ganhos por valores negativos (entre parênteses).

- Paralelo de Alta: aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;
- Paralelo de Baixa: redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;
- Aumento no Curto: aumento das taxas de juros de curto prazo;
- Redução no Curto: redução das taxas de juros de curto prazo;
- *Steeper*: redução das taxas de juros de curto prazo e aumento das taxas de juros de longo prazo;
- *Flattener*: aumento das taxas de juros de curto prazo e redução das taxas de juros de longo prazo.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Perda Potencial dos Instrumentos Classificados na Carteira Bancária decorrente de Cenários de Variação das Taxas de Juros <sup>(1)</sup>

(As perdas são representadas por valores positivos, enquanto os ganhos são representados por valores negativos (entre parênteses))

R\$ milhões

Cenários	30/09/2019				30/06/2019			
	ΔEVE		ΔNII		ΔEVE		ΔNII	
	Choques <sup>(2)</sup> Padronizados	Choques <sup>(3)</sup> Internos						
Paralelo de Alta	7.410	3.805	(1.657)	(912)	6.849	3.551	(1.861)	(974)
Paralelo de Baixa	(8.558)	(3.707)	1.482	651	(8.170)	(3.550)	1.693	724
Aumento no Curto	6.080	2.940			5.785	2.763		
Redução no Curto	(6.510)	(2.738)			(6.204)	(2.615)		
Steepener	(2.285)	(954)			(2.319)	(908)		
Flattener	3.618	1.546			3.466	1.452		
<b>Variação Máxima</b>	<b>7.410</b>	<b>3.805</b>	<b>1.482</b>	<b>651</b>	<b>6.849</b>	<b>3.551</b>	<b>1.693</b>	<b>724</b>
<b>Capital de Nível I</b>			<b>124.856</b>				<b>126.373</b>	

<sup>(1)</sup> As medidas de variação têm as perdas representadas por valores positivos, conforme Art. 13 § 3º da Circular 3.876.

<sup>(2)</sup> Os valores são calculados por meio de modelo interno e choques regulatórios padronizados, conforme Art. 39 §1º II da Circular 3.876.

<sup>(3)</sup> Os valores são calculados por meio de modelo e choques internos, conforme Art. 7º da Circular 3.876.

A variação máxima do ΔEVE, com choques internos, foi de R\$ 3.805 milhões, no cenário de choques Paralelo de Alta, em 30 de setembro de 2019, com aumento de 7,2% em relação a 30 de junho de 2019.

Para o teste de *outlier*, a variação máxima do ΔEVE, com choques padronizados, foi de R\$ 7.410 milhões em 30 de setembro de 2019, que corresponde a uma potencial perda de 5,9% do capital de Nível I, que é inferior a 15% - percentual que define a instituição como *outlier* (conforme Art.44 da Circular 3.876).

O ΔNII, com os choques internos, para um horizonte de um ano, possui perda máxima de R\$ 651 milhões no cenário de choques Paralelo de Baixa.

## 2.9 Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações.

Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o Itaú Unibanco envia mensalmente ao BACEN a razão de alavancagem. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Resolução 4.615 entrou em vigor e estabeleceu um requerimento mínimo de 3% para a razão de alavancagem.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia e o formato padrão estabelecidos pela Circular BACEN 3.748.

### Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Índice de Alavancagem

	<i>R\$ mil</i>		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
1 Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.738.339.230	1.678.378.171	1.613.161.633
2 Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(205.038.525)	(201.073.830)	(188.249.447)
3 Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	(2.834.610)	(3.021.123)	(3.584.471)
4 Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	13.250.188	8.089.396	12.606.573
5 Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	12.440.751	13.194.108	13.094.110
6 Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	118.915.114	115.957.915	114.388.601
7 Outros ajustes	(165.900.414)	(140.660.425)	(115.500.243)
<b>8 Exposição Total</b>	<b>1.509.171.735</b>	<b>1.470.864.211</b>	<b>1.445.916.756</b>

### Divulgação de informações sobre o Índice de Alavancagem

	<i>R\$ mil</i>		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Itens contabilizados no Balanço Patrimonial</b>			
1 Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.127.583.485	1.086.044.894	1.020.019.383
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(34.650.350)	(32.598.365)	(30.825.792)
<b>3 Total das exposições contabilizadas no Balanço Patrimonial</b>	<b>1.092.933.136</b>	<b>1.053.446.529</b>	<b>989.193.592</b>
<b>Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos</b>			
4 Valor de reposição em operações com derivativos	27.618.846	22.852.854	25.215.809
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	10.369.048	8.969.121	13.767.009
6 Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-	-
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-	-
8 Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	(15.028.163)	(11.576.508)	(7.445.495)
9 Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	10.684.670	6.982.069	7.092.846
10 Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	(737.182)	(1.061.040)	(807.787)
<b>11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>32.907.218</b>	<b>26.166.496</b>	<b>37.822.382</b>
<b>Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)</b>			
12 Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	239.150.129	251.073.830	286.550.419
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-	-
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	12.440.751	13.194.108	13.094.110
15 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	12.825.386	11.025.333	4.867.651
<b>16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários</b>	<b>264.416.267</b>	<b>275.293.271</b>	<b>304.512.181</b>
<b>Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial</b>			
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	373.386.012	363.042.439	341.329.404
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	(254.470.898)	(247.084.524)	(226.940.803)
<b>19 Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial</b>	<b>118.915.114</b>	<b>115.957.915</b>	<b>114.388.601</b>
<b>Capital e Exposição Total</b>			
20 Nível I	124.856.381	126.373.090	121.385.672
<b>21 Exposição Total</b>	<b>1.509.171.735</b>	<b>1.470.864.211</b>	<b>1.445.916.756</b>
<b>Índice de Alavancagem</b>			
22 Índice de Alavancagem de Basileia III	8,3%	8,6%	8,4%

### 3 Balanço Patrimonial e Instituições

#### 3.1 Balanço Patrimonial

A seguir, é apresentado o comparativo do balanço patrimonial das Demonstrações Contábeis Completas do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Conglomerado Prudencial.

##### Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo

R\$ milhões

ATIVO	30/09/2019			Ref. Anexo I <sup>(2)</sup>
	Publicação	Diferenças <sup>(1)</sup>	Prudencial	
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.703.925</b>	<b>(228.364)</b>	<b>1.475.562</b>	
Disponibilidades	27.721	(70)	27.650	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	274.139	(3.279)	270.860	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	510.656	(220.408)	290.248	
Relações Interfinanceiras	130.753	-	130.753	
Relações Interdependências	299	-	299	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	542.552	-	542.553	
Outros Créditos	214.484	(4.516)	209.968	
Créditos Tributários e Ativos Atuariais	-	-	19.588	
- Créditos Tributários de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	-	-	4.611	(b)
- Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias	-	-	14.912	(c)
- Ativos Atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	66	(d)
Outros	-	-	190.380	
Outros Valores e Bens	3.321	(90)	3.231	
<b>Permanente</b>	<b>34.414</b>	<b>23.325</b>	<b>57.739</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>13.440</b>	<b>24.655</b>	<b>38.095</b>	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	517	(e)
Participações em Empresas Assemelhadas e Seguradoras	-	-	9.452	(f)
Participação em Instituições Financeiras	-	-	8.297	(a)
Outros	-	-	19.829	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>6.387</b>	<b>(498)</b>	<b>5.889</b>	
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	-	(g)
Outras	-	-	5.889	
<b>Ágio</b>	<b>1.104</b>	<b>(811)</b>	<b>294</b>	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	294	(e)
<b>Intangível</b>	<b>13.483</b>	<b>(22)</b>	<b>13.462</b>	
Direitos Por Aquisição Folha de Pagamento	1.514	-	1.514	(h)/(i)
Outros Ativos Intangíveis	23.829	12.330	36.159	
Ativos Intangíveis	-	-	13.784	(h)/(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	21.776	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	471	(g)
Outros	-	-	128	
(Amortização Acumulada)	(11.860)	(12.352)	(24.211)	
Ativos Intangíveis	-	-	(7.297)	(h/i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	(16.443)	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	(471)	(g)
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.738.339</b>	<b>(205.039)</b>	<b>1.533.301</b>	

<sup>(1)</sup> Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

<sup>(2)</sup> Informações do prudencial que são apresentadas no Anexo I deste relatório.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Balanco Patrimonial Consolidado - Passivo

R\$ milhões

PASSIVO	30/09/2019			Ref. Anexo I <sup>(2)</sup>
	Publicação	Diferenças <sup>(1)</sup>	Prudencial	
<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>1.597.176</b>	<b>(205.041)</b>	<b>1.392.135</b>	
Depósitos	490.838	9.519	500.357	
Captações no Mercado Aberto	296.503	405	296.908	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	130.883	-	130.883	
Relações Interfinanceiras	52.779	-	52.779	
Relações Interdependências	7.539	3	7.542	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	77.770	-	77.770	
Instrumentos Financeiros Derivativos	47.441	(31)	47.409	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	216.060	(216.060)	-	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>277.364</b>	<b>1.123</b>	<b>278.488</b>	
Fiscais e Previdenciárias	17.621	(2.525)	15.096	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	3.994	(b)/(c)
Provisões atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	265	(d)
Outras	-	-	10.838	
Outras	-	-	263.391	
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>2.632</b>	<b>52</b>	<b>2.685</b>	
<b>Participações de Não Controladores</b>	<b>12.812</b>	<b>(99)</b>	<b>12.712</b>	
Participação de Não Controladores	-	-	12.712	(j)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>125.719</b>	<b>50</b>	<b>125.769</b>	
<b>Capital Social</b>	<b>97.148</b>	<b>-</b>	<b>97.148</b>	
Instrumentos Elegíveis	-	-	97.148	(k)
<b>Reservas de Capital</b>	<b>1.848</b>	<b>-</b>	<b>1.848</b>	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	1.848	(m)
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>30.061</b>	<b>(1.204)</b>	<b>28.857</b>	
Reservas de Lucros	-	-	28.857	(l)
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(2.031)</b>	<b>1.253</b>	<b>(777)</b>	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	(777)	(m)
<b>(Ações em Tesouraria)</b>	<b>(1.307)</b>	<b>-</b>	<b>(1.307)</b>	
Ações ou Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-	(1.307)	(n)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.738.339</b>	<b>(205.039)</b>	<b>1.533.301</b>	

<sup>(1)</sup> Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

<sup>(2)</sup> Informações do prudencial que são apresentadas no Anexo I deste relatório.

### 3.2 Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições que compõem o Consolidado Publicação e o Consolidado Prudencial.

#### Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Instituições que compõem o Consolidado Publicação e o Conglomerado Prudencial	País de Origem <sup>1</sup>	% Participação Total
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	98,05%
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	50,00%
Banco Itaú (Suisse) SA	Suíça	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú Consignado S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú International	Estados Unidos	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	Brasil	100,00%
Banco ItauBank S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	100,00%
CorpBanca New York Branch	Estados Unidos	38,14%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	100,00%
FIDC NP América Multicarteira	Brasil	100,00%
Fideicomisos Financiero Privados BHSA	Argentina	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Barzel	Brasil	100,00%
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	100,00%
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	100,00%
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú (Panamá) S.A.	Panamá	25,28%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Asset Management Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	25,27%
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itau BBA International Plc	Reino Unido	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Casa de Valores S.A.	Panamá	25,56%
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	100,00%
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Colômbia	25,56%
Itaú Corpbanca	Chile	38,14%
Itaú CorpBanca Colombia S.A.	Colômbia	25,28%
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	Chile	38,14%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	100,00%
Itaú EU Lux-Itaú Latin America Equity Fund	Luxemburgo	64,50%
Itaú International Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Kínea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	Brasil	100,00%
Itaú Securities Services Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	25,98%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco S.A. - Tokyo Branch	Japão	100,00%
Itaú Unibanco S.A. - Nassau Branch	Bahamas	100,00%
Itaú Unibanco S.A. Grand Cayman Branch	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Unibanco S.A. New York Branch	Estados Unidos	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Valores S.A.	Argentina	100,00%
Itauvest Distribuidora de Títulos e Val. Mobiliários S.A.	Brasil	100,00%
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Kínea Ações Fundo de Investimento em Ações	Brasil	100,00%
Kínea Ações Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Brasil	98,60%
Kínea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00%
Kínea Dinamico Master - Long Biased Fundo De Investimento Em Acoes	Brasil	100,00%
Kínea I Private Equity FIP Multiestrategia	Brasil	100,00%
Kínea I Total Return Equity - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
Kínea II Macro Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Brasil	100,00%
Licania Fund Limited	Ilhas Cayman	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
MCC S.A. Corredores de Bolsa	Chile	100,00%
MCC Securities Inc.	Ilhas Cayman	100,00%
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	Brasil	100,00%

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições que compõem o Consolidado Publicação e o Conglomerado Prudencial	País de Origem <sup>1</sup>	% Participação Total
OCA S.A.	Uruguai	100,00%
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Uruguai	100,00%
RedeCard S.A.	Brasil	100,00%
Rt Enterprise Soberano Renda Fixa Fundo de Investimento	Brasil	43,63%
Rt Itaú Dj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	100,00%
Rt Voyager Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Uni-Investment International Corp.	Ilhas Cayman	100,00%
Universo FIP Multiestratégia	Brasil	100,00%

(1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

### Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Instituições que compõem somente o Consolidado Publicação	País de Origem <sup>1</sup>	% Participação Total
ACCS Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	98,72%
Albarus S.A.	Paraguai	100,00%
BICSA Holdings, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
BIE Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
CGB II SPA	Chile	100,00%
CGB III SPA	Chile	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	100,00%
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Brasil	100,00%
FC Recovery S.A.	Argentina	96,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	50,00%
iCarros Ltda.	Brasil	100,00%
IGA PARTICIPAÇÕES S.A.	Brasil	96,88%
Investimentos Bemge S.A.	Brasil	86,81%
Itaú Administração Previdenciária Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Administradora General de Fondos S.A.	Chile	38,14%
Itaú Asesorías Financieras Limitada	Chile	38,14%
Itaú Asia Limited	Hong Kong	100,00%
Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión	Argentina	100,00%
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia	100,00%
Itaú BBA International (Cayman) Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú BBA México, S.A. de C.V.	México	100,00%
Itaú BBA Trading S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Chile Compañía de Seguros de Vida S.A.	Chile	99,99%
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Chile	99,99%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	Colômbia	30,50%
Itaú Corredores de Seguros S.A.	Chile	38,14%
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	98,72%
Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	100,00%
Itaú Gestão de Vendas Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Institucional Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Itaú International Holding Limited	Reino Unido	100,00%
Itaú Middle East Limited	Emirados Árabes	100,00%
Itaú Participação Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Brasil	98,90%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú USA Asset Management Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Saúde S.A.	Brasil	100,00%
ITAUSEG SEGURADORA S.A.	Brasil	100,00%
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.I.C.	Argentina	100,00%
IU Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00%
Karen International Limited	Bahamas	100,00%
Kinea Investimentos Ltda.	Brasil	80,00%

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições que compõem somente o Consolidado Publicação	País de Origem <sup>1</sup>	% Participação Total
Maxipago Serviços de Internet Ltda.	Brasil	100,00%
MCC Asesorías Limitada	Chile	100,00%
Mundostar S.A.	Uruguai	100,00%
Nevada Woods S.A.	Uruguai	100,00%
Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V.	México	100,00%
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	100,00%
Recaudaciones y Cobranzas Limitada	Chile	38,14%
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	Brasil	96,00%
RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
Rt Defiant Multimercado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Rt Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Rt Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas De Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	99,90%
Rt Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
SAGA II SPA	Chile	100,00%
SAGA III SPA	Chile	100,00%
Topaz Holding Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Tulipa S.A.	Brasil	100,00%
Unión Capital AFAP S.A.	Uruguai	100,00%

(1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

### Instituições não consolidadas

Instituições não consolidadas	País de Origem <sup>1</sup>	% Participação Total
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	Brasil	50,00%
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	Brasil	80,00%
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	28,95%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Brasil	20,00%
BSF Holding S.A.	Brasil	49,00%
Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	50,00%
IRB- Brasil Resseguros S.A.	Brasil	11,14%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	42,93%
XP INVESTIMENTOS S.A.	Brasil	49,90%
Compañia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A.	Uruguai	32,37%
Rias Redbanc S.A	Uruguai	25,00%

(1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

### Instituições relevantes

O ativo total, o patrimônio líquido, o país e o segmento de atuação das empresas consideradas relevantes, inclusive as sujeitas à ponderação de risco para fins de requerimento de capital, são apresentados a seguir:

Empresas consideradas relevantes			30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
Instituições	País	Segmento	Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido
Banco Itaú Argentina S.A. <sup>(1)</sup>	Argentina	Instituição Financeira	5.551	654	7.089	760	5.658	516
Banco Itaú BBA S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	3.213	2.793	2.887	2.597	2.364	2.073
Banco Itaú Consignado S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	28.674	2.287	29.253	2.285	28.461	2.510
Banco Itaú Paraguay S.A. <sup>(1)</sup>	Paraguai	Instituição Financeira	12.769	1.392	12.016	1.389	13.202	1.462
Banco Itaú (Suisse) SA <sup>(1)</sup>	Suíça	Instituição Financeira	5.894	853	5.551	789	6.770	777
Banco Itaú Uruguay S.A. <sup>(1)</sup>	Uruguai	Instituição Financeira	19.326	2.061	17.190	1.811	18.165	1.823
Banco Itaucard S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	107.462	10.920	102.821	10.576	96.622	9.477
Banco Itauleasing S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	12.414	12.191	12.364	12.023	11.946	11.665
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	4.765	841	4.640	768	4.419	796
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil <sup>(1)</sup>	Brasil	Arrendamento Mercantil	15.160	5.028	19.013	4.969	45.837	5.233
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	6.726	1.039	6.335	973	5.307	840
Hipercard Banco Múltiplo S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	15.778	4.574	15.994	4.590	16.683	4.522
Itaú Bank, Ltd. <sup>(1)</sup>	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	10.648	5.010	9.721	4.560	10.206	4.385
Itaú BBA International plc <sup>(1)</sup>	Reino Unido	Instituição Financeira	32.427	5.310	30.441	4.812	29.024	4.741
Itaú BBA USA Securities Inc. <sup>(1)</sup>	Estados Unidos	Corretora de Valores	2.206	1.989	2.124	1.817	2.110	1.908
Itauseg Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	95	78	94	77	95	78
Itaú CorpBanca <sup>(1)</sup>	Chile	Instituição Financeira	152.249	16.945	137.633	16.581	136.661	17.856
Itaú Corpbanca Colombia S.A. <sup>(1)</sup>	Colômbia	Instituição Financeira	33.919	4.230	37.185	4.154	40.085	4.516
Itaú Corretora de Valores S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	8.651	1.488	6.106	1.382	4.536	1.161
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	6.806	2.457	6.427	2.245	9.850	4.242
Itaú Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	1.239.445	83.839	1.204.989	95.950	1.196.536	85.564
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	213.781	3.520	209.438	3.344	194.599	2.607
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	10.360	888	9.740	879	7.191	747
RedeCard S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Adquirente	63.817	17.266	66.116	17.053	63.555	16.372

(1) Instituições que compõem o Consolidado Prudencial.

## 4 Participações societárias não classificadas na carteira de negociação

As Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco e de suas Controladas foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, em consonância, quando aplicável, com os normativos do BACEN, do CMN, da CVM, da SUSEP, do CNSP e da PREVIC, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se referem à constituição de provisões e avaliação de ativos financeiros.

As participações societárias avaliadas ao custo de aquisição são classificadas no Ativo Permanente quando há intenção de permanência e submetidas, semestralmente, ao teste de redução ao valor recuperável de ativos. As participações que não representam intenção de permanência são classificadas em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e mensuradas a valor de mercado.

O Itaú Unibanco aplica suas políticas de forma sistemática, assegurando a consistência e a comparabilidade das suas informações.

No terceiro trimestre de 2019, não ocorreram alterações significativas nas políticas relacionadas às participações societárias.

O Itaú Unibanco detém participações societárias principalmente por razões estratégicas e para obtenção de ganhos de capital.

Maiores informações sobre as políticas contábeis do Itaú Unibanco podem ser consultadas na Nota Explicativa “3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis” das Demonstrações Contábeis Completas, disponíveis no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores).

A avaliação do risco de participações societárias não classificadas na carteira de negociação, denominado risco de investimentos financeiros, é realizada no âmbito do ICAAP. Nesta avaliação, simula-se a perda dos ativos em cenário de estresse.

O quadro abaixo demonstra os valores referentes às participações societárias não classificadas na carteira de negociação. Em 30 de setembro de 2019, o capital requerido para essas participações societárias foi de R\$94,7 milhões.

### Participações Societárias Não Classificadas na Carteira de Negociação

	30/09/2019	30/06/2019 <sup>(1)</sup>	30/09/2018	R\$ milhões
<b>Valor contábil</b>	<b>1.177,3</b>	<b>1.141,5</b>		<b>629,9</b>
Capital Aberto	285,5	241,9		509,6
Capital Fechado	891,8	899,7		120,3
<b>Valor de Mercado</b>	<b>1.215,1</b>	<b>1.180,0</b>		<b>826,7</b>
Capital Aberto	300,2	258,1		687,1
Capital Fechado	914,8	921,9		139,6
<b>Ganhos ou Perdas decorrentes de Participações Societárias</b>	<b>0,8</b>	<b>61,0</b>		<b>0,5</b>
Ganhos ou Perdas reconhecidos e não realizados	(36,0)	(52,5)		(123,2)
Ganhos ou Perdas não reconhecidos e não realizados	37,9	38,5		196,8

<sup>(1)</sup> Para melhor comparabilidade, os valores apresentados consideram os critérios de 30/09/2019.

### 5 Risco de Crédito

#### 5.1 Estrutura e Tratamento

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito. O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco país seja gerido e controlado, descrito no item “9 Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 4.557, o documento “[Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito](#)”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no [site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

## 5.2 Análise da Carteira de Crédito

As informações apresentadas nas tabelas seguintes permitem a análise da carteira de crédito e seu comportamento em diversas dimensões.

### Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil

#### Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> por País: Exposição

	30/09/2019											30/06/2019	
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total	
<b>Pessoa Física</b>	<b>253.541</b>	<b>854</b>	<b>48.272</b>	<b>8.502</b>	-	<b>3.154</b>	-	-	<b>3.559</b>	<b>39</b>	<b>317.921</b>	<b>308.739</b>	
Crédito Rural	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80	52	
Imobiliário	44.792	107	25.772	1.640	-	457	-	388	-	-	73.156	71.271	
Consignado	46.920	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.920	46.851	
Veículos e Arrendamento Mercantil	17.249	-	-	67	-	113	-	-	-	-	17.429	16.725	
Cartão de Crédito	102.914	573	3.356	936	-	842	-	2.201	-	-	110.822	107.245	
Garantias Financeiras Prestadas	903	-	16	1	-	-	-	-	3	4	927	964	
Crédito Pessoal (Outros)	40.683	174	19.128	5.858	-	1.742	-	-	967	35	68.587	65.631	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>210.283</b>	<b>2.670</b>	<b>62.931</b>	<b>18.166</b>	<b>8.697</b>	<b>4.892</b>	<b>17.140</b>	<b>3.301</b>	<b>7.182</b>	<b>1.563</b>	<b>336.825</b>	<b>321.983</b>	
Crédito Rural	10.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.435	11.005	
Investimento	25.569	21	4.855	3.880	-	7	14	-	33	30	34.409	34.604	
Importação e Exportação	36.611	216	346	516	4.806	-	8.254	3.145	181	-	54.075	50.189	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	96.645	1.828	49.973	11.926	3.264	4.475	8.450	-	6.414	1.460	184.435	174.646	
Garantias Financeiras Prestadas	36.067	604	7.391	1.727	627	410	422	156	375	73	47.852	46.173	
Outros	4.956	1	366	117	-	-	-	-	179	-	5.619	5.366	
<b>Total</b>	<b>463.824</b>	<b>3.524</b>	<b>111.203</b>	<b>26.668</b>	<b>8.697</b>	<b>8.046</b>	<b>17.140</b>	<b>3.301</b>	<b>10.741</b>	<b>1.602</b>	<b>654.746</b>	<b>630.722</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> por País: Exposição Média no Trimestre

	30/09/2019											30/06/2019	
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total	
<b>Pessoa Física</b>	<b>249.820</b>	<b>935</b>	<b>47.493</b>	<b>8.571</b>	-	<b>3.031</b>	-	-	<b>3.443</b>	<b>38</b>	<b>313.331</b>	<b>304.195</b>	
Crédito Rural	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	56	
Imobiliário	44.363	116	25.305	1.620	-	437	-	372	-	-	72.213	70.569	
Consignado	46.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.885	46.563	
Veículos e Arrendamento Mercantil	16.889	-	-	74	-	114	-	-	-	-	17.077	16.429	
Cartão de Crédito	101.265	615	3.271	924	-	811	-	2.148	-	-	109.034	104.887	
Garantias Financeiras Prestadas	919	-	17	2	-	-	-	-	3	4	945	1.067	
Crédito Pessoal (Outros)	39.432	204	18.900	5.951	-	1.669	-	-	920	34	67.110	64.624	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>205.841</b>	<b>2.806</b>	<b>61.124</b>	<b>18.259</b>	<b>8.546</b>	<b>4.781</b>	<b>16.574</b>	<b>3.177</b>	<b>6.886</b>	<b>1.410</b>	<b>329.404</b>	<b>318.865</b>	
Crédito Rural	10.720	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.720	10.419	
Investimento	25.738	23	4.789	3.874	-	7	15	-	32	29	34.507	34.778	
Importação e Exportação	35.072	319	416	515	4.557	-	8.044	3.027	181	-	52.131	48.981	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	93.889	1.824	48.566	12.008	3.327	4.452	8.016	-	6.153	1.307	179.542	173.200	
Garantias Financeiras Prestadas	35.520	639	7.052	1.740	662	321	499	150	354	74	47.011	45.855	
Outros	4.902	1	301	122	-	1	-	-	166	-	5.493	5.632	
<b>Total</b>	<b>455.661</b>	<b>3.741</b>	<b>108.617</b>	<b>26.830</b>	<b>8.546</b>	<b>7.812</b>	<b>16.574</b>	<b>3.177</b>	<b>10.329</b>	<b>1.448</b>	<b>642.735</b>	<b>623.060</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> no Brasil: Exposição

	30/09/2019						30/06/2019	
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil	
<b>Pessoa Física</b>	<b>162.937</b>	<b>29.678</b>	<b>8.505</b>	<b>36.837</b>	<b>15.584</b>	<b>253.541</b>	<b>246.098</b>	
Crédito Rural	12	12	-	3	3	80	52	
Imobiliário	37.195	3.584	411	1.642	1.960	44.792	43.934	
Consignado	26.272	5.957	3.396	8.263	3.032	46.920	46.851	
Veículos e Arrendamento Mercantil	8.591	2.776	1.117	2.650	2.115	17.249	16.528	
Cartão de Crédito	59.927	12.698	2.785	21.582	5.922	102.914	99.616	
Garantias Financeiras Prestadas	872	17	1	5	8	903	937	
Crédito Pessoal (Outros)	30.018	4.634	795	2.692	2.544	40.683	38.180	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>171.284</b>	<b>20.439</b>	<b>2.024</b>	<b>8.718</b>	<b>7.818</b>	<b>210.283</b>	<b>201.400</b>	
Crédito Rural	5.427	3.781	19	246	962	10.435	11.005	
Investimento	17.725	4.070	463	1.776	1.535	25.569	25.908	
Importação e Exportação	33.965	1.672	211	471	292	36.611	33.532	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	75.052	9.972	1.193	5.671	4.757	96.645	91.132	
Garantias Financeiras Prestadas	35.379	376	49	198	65	36.067	34.976	
Outros	3.736	568	89	356	207	4.956	4.847	
<b>Total</b>	<b>334.221</b>	<b>50.117</b>	<b>10.529</b>	<b>45.555</b>	<b>23.402</b>	<b>463.824</b>	<b>447.498</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> no Brasil: Exposição Média no Trimestre

	30/09/2019						30/06/2019	
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil	
<b>Pessoa Física</b>	<b>160.462</b>	<b>29.179</b>	<b>8.389</b>	<b>36.437</b>	<b>15.353</b>	<b>249.820</b>	<b>241.421</b>	
Crédito Rural	55	8	-	2	2	67	56	
Imobiliário	36.866	3.504	411	1.628	1.954	44.363	43.311	
Consignado	26.185	5.945	3.415	8.290	3.050	46.885	46.563	
Veículos e Arrendamento Mercantil	8.436	2.707	1.092	2.584	2.070	16.889	16.218	
Cartão de Crédito	58.906	12.518	2.712	21.339	5.790	101.265	97.219	
Garantias Financeiras Prestadas	872	17	1	5	24	919	1.039	
Crédito Pessoal (Outros)	29.142	4.480	758	2.589	2.463	39.432	37.015	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>167.664</b>	<b>20.083</b>	<b>2.004</b>	<b>8.532</b>	<b>7.558</b>	<b>205.841</b>	<b>198.103</b>	
Crédito Rural	5.479	3.989	19	257	976	10.720	10.419	
Investimento	18.080	3.952	441	1.760	1.505	25.738	26.115	
Importação e Exportação	32.461	1.620	231	472	288	35.072	31.876	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	73.080	9.601	1.182	5.506	4.520	93.889	89.844	
Garantias Financeiras Prestadas	34.876	350	45	184	65	35.520	34.757	
Outros	3.688	571	86	353	204	4.902	5.092	
<b>Total</b>	<b>328.126</b>	<b>49.262</b>	<b>10.393</b>	<b>44.969</b>	<b>22.911</b>	<b>455.661</b>	<b>439.524</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico

#### Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> - Exposição (Pessoa Física)

Pessoa Física	30/09/2019								30/06/2019	
	Crédito Rural	Imobiliário	Consignado	Veículos e Arrendamento Mercantil	Cartão de Crédito	Garantias Financeiras Prestadas	Crédito Pessoal (Outros)	Total	Total	Total
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>73.156</b>	<b>46.920</b>	<b>17.429</b>	<b>110.822</b>	<b>927</b>	<b>68.587</b>	<b>317.921</b>	<b>308.739</b>	<b>308.739</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> - Exposição (Pessoa Jurídica)

Pessoa Jurídica	30/09/2019												30/06/2019			
	Crédito Rural		Investimento		Importação e exportação		Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida		Garantias Financeiras Prestadas		Outros		Total	Total		
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%		
<b>Setor Público</b>	-	0,0%	229	0,7%	33	0,1%	253	0,1%	919	1,9%	-	0,0%	1.434	0,4%	1.514	0,5%
Energia	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1	0,0%	-	0,0%	1	0,0%	-	0,0%
Petroquímica & Química	-	0,0%	210	0,6%	-	0,0%	5	0,0%	909	1,9%	-	0,0%	1.124	0,3%	1.185	0,4%
Diversos	-	0,0%	19	0,1%	33	0,1%	248	0,1%	9	0,0%	-	0,0%	309	0,1%	329	0,1%
<b>Setor Privado</b>	<b>10.435</b>	<b>100,0%</b>	<b>34.180</b>	<b>99,3%</b>	<b>54.042</b>	<b>99,9%</b>	<b>184.182</b>	<b>99,9%</b>	<b>46.933</b>	<b>98,1%</b>	<b>5.619</b>	<b>100,0%</b>	<b>335.391</b>	<b>99,6%</b>	<b>320.469</b>	<b>99,5%</b>
Açúcar e Alcool	333	3,2%	1.004	2,9%	1.829	3,4%	1.175	0,6%	137	0,3%	14	0,2%	4.492	1,3%	4.883	1,5%
Agro e Fertilizantes	2.839	27,2%	735	2,1%	4.205	7,8%	10.214	5,5%	428	0,9%	189	3,4%	18.610	5,5%	18.289	5,7%
Alimentos e Bebidas	1.507	14,4%	1.895	5,5%	4.011	7,4%	9.237	5,0%	2.276	4,8%	259	4,6%	19.185	5,7%	19.116	5,9%
Bancos e Outras Inst. Financ.	4	0,0%	714	2,1%	1.152	2,1%	9.302	5,0%	3.040	6,4%	16	0,3%	14.228	4,2%	12.085	3,8%
Bens de Capital	66	0,6%	296	0,9%	1.273	2,4%	3.860	2,1%	1.285	2,7%	147	2,6%	6.927	2,1%	6.583	2,0%
Celulose e Papel	29	0,3%	246	0,7%	266	0,5%	886	0,5%	559	1,2%	35	0,6%	2.021	0,6%	1.878	0,6%
Eletroeletrônicos & TI	-	0,0%	261	0,8%	1.146	2,1%	4.047	2,2%	1.389	2,9%	180	3,2%	7.023	2,1%	6.436	2,0%
Embalagens	3	0,0%	113	0,3%	898	1,7%	1.255	0,7%	274	0,6%	30	0,5%	2.573	0,8%	2.588	0,8%
Energia & Saneamento	-	0,0%	2.789	8,1%	3.188	5,9%	2.764	1,5%	6.420	13,4%	4	0,1%	15.165	4,5%	15.014	4,7%
Ensino	1	0,0%	270	0,8%	53	0,1%	1.775	1,0%	1.198	2,5%	70	1,2%	3.367	1,0%	3.143	1,0%
Farmacêuticos & Cosméticos	13	0,1%	276	0,8%	1.901	3,5%	4.334	2,3%	1.368	2,9%	168	3,0%	8.060	2,4%	8.571	2,7%
Imobiliário	26	0,2%	9.164	26,6%	386	0,7%	12.095	6,6%	1.560	3,3%	303	5,4%	23.534	7,0%	22.718	7,1%
Lazer & Turismo	1	0,0%	511	1,5%	175	0,3%	4.315	2,3%	520	1,1%	393	7,0%	5.915	1,8%	5.664	1,8%
Madeira & Móveis	35	0,3%	270	0,8%	631	1,2%	2.210	1,2%	100	0,2%	147	2,6%	3.393	1,0%	3.149	1,0%
Mat Construção	7	0,1%	580	1,7%	1.672	3,1%	2.848	1,5%	1.128	2,4%	153	2,7%	6.388	1,9%	5.791	1,8%
Metalurgia/Siderurgia	31	0,3%	393	1,1%	1.257	2,3%	6.342	3,4%	644	1,3%	636	11,3%	9.303	2,8%	9.053	2,8%
Mídia	-	0,0%	107	0,3%	40	0,1%	491	0,3%	518	1,1%	7	0,1%	1.163	0,3%	1.085	0,3%
Mineração	3	0,0%	320	0,9%	751	1,4%	3.635	2,0%	3.271	6,8%	35	0,6%	8.015	2,4%	7.829	2,4%
Obras de Infra-Estrutura	26	0,2%	606	1,8%	714	1,3%	5.992	3,2%	2.049	4,3%	253	4,5%	9.640	2,9%	9.520	3,0%
Petróleo & Gás <sup>(2)</sup>	32	0,3%	489	1,4%	807	1,5%	4.644	2,5%	871	1,8%	67	1,2%	6.910	2,1%	6.905	2,1%
Petroquímica & Química	318	3,0%	470	1,4%	3.348	6,2%	5.817	3,2%	1.808	3,8%	181	3,2%	11.942	3,5%	10.863	3,4%
Saúde	-	0,0%	371	1,1%	569	1,1%	2.459	1,3%	467	1,0%	45	0,8%	3.911	1,2%	3.688	1,1%
Seguros & Resseguros & Previdência	-	0,0%	14	0,0%	-	0,0%	18	0,0%	78	0,2%	-	0,0%	110	0,0%	156	0,0%
Telecomunicações	-	0,0%	90	0,3%	152	0,3%	2.435	1,3%	3.544	7,4%	13	0,2%	6.234	1,9%	6.048	1,9%
Vestuário & Calçados	46	0,4%	234	0,7%	1.243	2,3%	2.794	1,5%	187	0,4%	119	2,1%	4.623	1,4%	4.758	1,5%
Tradições	26	0,2%	93	0,3%	844	1,6%	1.066	0,6%	183	0,4%	22	0,4%	2.234	0,7%	2.063	0,6%
Transportes	44	0,4%	6.465	18,8%	1.305	2,4%	5.040	2,7%	907	1,9%	237	4,2%	13.998	4,2%	12.636	3,9%
Utilidades Domésticas	3	0,0%	46	0,1%	535	1,0%	1.773	1,0%	271	0,6%	21	0,4%	2.649	0,8%	2.458	0,8%
Veículos/Auto-Peças	11	0,1%	1.079	3,1%	3.195	5,9%	8.475	4,6%	2.165	4,5%	228	4,1%	15.153	4,5%	14.722	4,6%
Terceiro Setor	-	0,0%	28	0,1%	-	0,0%	1.780	1,0%	10	0,0%	2	0,0%	1.820	0,5%	1.365	0,4%
Editorial e Gráfico	-	0,0%	99	0,3%	69	0,1%	1.051	0,6%	102	0,2%	76	1,4%	1.397	0,4%	1.318	0,4%
Comércio - Diversos	19	0,2%	1.116	3,2%	2.798	5,2%	16.422	8,9%	1.727	3,6%	767	13,7%	22.849	6,8%	20.660	6,4%
Indústria - Diversos	-	0,0%	59	0,2%	6.783	12,5%	3.620	2,0%	197	0,4%	21	0,4%	10.680	3,2%	9.947	3,1%
Serviços - Diversos	58	0,6%	2.174	6,3%	4.628	8,6%	32.873	17,8%	3.822	8,0%	582	10,4%	44.137	13,1%	42.970	13,3%
Diversos	4.954	47,5%	803	2,3%	2.218	4,1%	7.138	3,9%	2.430	5,1%	199	3,5%	17.742	5,3%	16.517	5,1%
<b>Total</b>	<b>10.435</b>	<b>100,0%</b>	<b>34.409</b>	<b>100,0%</b>	<b>54.075</b>	<b>100,0%</b>	<b>184.435</b>	<b>100,0%</b>	<b>47.852</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.619</b>	<b>100,0%</b>	<b>336.825</b>	<b>100,0%</b>	<b>321.983</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

<sup>(2)</sup> Contempla comércio de combustíveis.

### Prazo a decorrer das operações

#### Prazo a decorrer das operações<sup>(1)</sup>

	30/09/2019					30/06/2019				
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
<b>Pessoa Física</b>	<b>91.215</b>	<b>4.520</b>	<b>67.711</b>	<b>104.579</b>	<b>268.025</b>	<b>88.728</b>	<b>4.349</b>	<b>64.905</b>	<b>101.699</b>	<b>259.681</b>
Crédito Rural	28	27	17	4	76	32	8	8	4	52
Imobiliário	57	41	1.387	71.674	73.159	51	39	1.387	69.797	71.274
Consignado	232	632	22.506	23.540	46.910	288	660	23.017	22.878	46.843
Veículos e Arrendamento Mercantil	250	736	16.417	22	17.425	280	698	15.729	14	16.721
Cartão de crédito	81.454	-	-	-	81.454	78.401	-	-	-	78.401
Garantias Financeiras Prestadas	70	10	615	223	918	650	53	27	223	953
Crédito Pessoal (Outros)	9.124	3.074	26.769	9.116	48.083	9.026	2.891	24.737	8.783	45.437
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>108.704</b>	<b>37.933</b>	<b>115.858</b>	<b>56.472</b>	<b>318.967</b>	<b>100.383</b>	<b>37.375</b>	<b>111.184</b>	<b>55.205</b>	<b>304.147</b>
Crédito Rural	4.033	4.574	903	615	10.125	5.009	4.111	995	627	10.742
Investimento	2.440	1.852	18.801	9.319	32.412	2.359	1.993	18.767	9.518	32.637
Importação e Exportação	22.635	7.690	21.017	2.734	54.076	20.159	7.150	20.338	2.542	50.189
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	67.561	16.589	61.417	23.308	168.875	62.914	16.896	57.004	22.216	159.030
Garantias Financeiras Prestadas	11.691	6.903	9.581	19.686	47.861	9.688	6.910	10.053	19.532	46.183
Outros	344	325	4.139	810	5.618	254	315	4.027	770	5.366
<b>Total</b>	<b>199.919</b>	<b>42.453</b>	<b>183.569</b>	<b>161.051</b>	<b>586.992</b>	<b>189.111</b>	<b>41.724</b>	<b>176.089</b>	<b>156.904</b>	<b>563.828</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

## Concentração nos Maiores Devedores

### Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos <sup>(1)</sup>	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
Maior Devedor	5.699	0,9%	5.244	0,8%	5.267	0,9%
10 Maiores Devedores	29.090	4,5%	28.982	4,7%	30.406	5,1%
20 Maiores Devedores	44.256	6,9%	43.913	7,1%	46.822	7,8%
50 Maiores Devedores	72.185	11,2%	70.662	11,4%	73.867	12,3%
100 Maiores Devedores	99.092	15,4%	95.876	15,5%	100.330	16,7%

<sup>(1)</sup> Os valores incluem garantias financeiras prestadas. Não incluem compromissos de crédito.

### Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários <sup>(1)</sup>	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
Maior Devedor	6.265	0,8%	6.400	0,9%	7.981	1,2%
10 Maiores Devedores	47.122	6,3%	45.240	6,4%	44.160	6,4%
20 Maiores Devedores	74.175	9,9%	68.738	9,7%	68.834	10,0%
50 Maiores Devedores	125.207	16,6%	114.067	16,0%	108.372	15,8%
100 Maiores Devedores	166.133	22,1%	150.094	21,1%	144.004	21,0%

<sup>(1)</sup> Os valores incluem garantias financeiras prestadas. Não incluem compromissos de crédito.

## Operações em Atraso

### Montante das Operações em Atraso: Países e Regiões

R\$ milhões

	30/09/2019						30/06/2019					
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Sudeste	4.498	1.643	4.238	4.208	828	15.415	4.446	2.045	4.044	4.664	536	15.735
Sul	750	284	687	764	81	2.566	763	298	608	745	81	2.495
Norte	252	78	185	219	36	770	264	85	160	208	34	751
Nordeste	812	362	1.009	1.227	104	3.514	816	387	907	1.106	98	3.314
Centro-Oeste	489	164	375	409	42	1.479	470	177	334	388	45	1.414
Brasil	6.801	2.531	6.494	6.827	1.091	23.744	6.759	2.992	6.053	7.111	794	23.709
Exterior	3.333	645	1.022	886	267	6.153	3.265	607	1.011	782	173	5.838
Total Geral	10.134	3.176	7.516	7.713	1.358	29.897	10.024	3.599	7.064	7.893	967	29.547

### Montante das Operações em Atraso: Setor Econômico

R\$ milhões

	30/09/2019						30/06/2019					
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Setor Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Privado	10.134	3.176	7.516	7.713	1.358	29.897	10.024	3.599	7.064	7.893	967	29.547
Pessoa Jurídica	2.435	659	1.922	1.671	678	7.365	2.402	980	1.892	2.268	389	7.931
Indústria e Comércio	1.203	305	674	917	173	3.272	1.004	416	964	814	156	3.354
Serviços	1.140	340	1.032	677	499	3.688	1.154	488	705	1.370	55	3.772
Primário	92	14	216	76	6	404	243	76	222	84	178	803
Outros	-	-	-	1	-	1	1	-	1	-	-	2
Pessoa Física	7.699	2.517	5.594	6.042	680	22.532	7.622	2.619	5.172	5.625	578	21.616
Total Geral	10.134	3.176	7.516	7.713	1.358	29.897	10.024	3.599	7.064	7.893	967	29.547

## Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Itaú Unibanco considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso, definindo o volume de provisionamento regulatório.

### Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no Trimestre

R\$ milhões

	30/09/2019				30/06/2019			
	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixas	Saldo Final <sup>(1)</sup>	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixas	Saldo Final <sup>(1)</sup>
Setor Público	(1)	(1)	-	(2)	(2)	2	(1)	(1)
Setor Privado	(33.090)	(5.534)	4.149	(34.475)	(34.204)	(4.260)	5.374	(33.090)
Pessoa Jurídica	(14.236)	(1.912)	1.077	(15.071)	(15.827)	(499)	2.090	(14.236)
Indústria e Comércio	(4.036)	(596)	454	(4.178)	(4.294)	(284)	542	(4.036)
Serviços	(7.921)	(1.246)	410	(8.757)	(9.159)	(221)	1.459	(7.921)
Primário	(1.316)	104	212	(1.000)	(1.588)	(13)	285	(1.316)
Outros PJ	(963)	(174)	1	(1.136)	(786)	19	(196)	(963)
Pessoa Física	(18.854)	(3.622)	3.072	(19.404)	(18.377)	(3.761)	3.284	(18.854)
Total	(33.091)	(5.535)	4.149	(34.477)	(34.206)	(4.258)	5.373	(33.091)

<sup>(1)</sup> Contempla provisão para garantias financeiras prestadas no valor de R\$ 1.010 em set/19 e R\$ 1.139 em jun/19, registrada no passivo, conforme Resolução do CMN nº 4.512/2016 e Carta Circular 3.782/2016.

### Instrumentos Mitigadores

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas. Para garantias reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito. Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado. Adicionalmente, a concentração desses instrumentos na carteira de crédito é monitorada regularmente. Por fim, as garantias fidejussórias e a compra de proteção através de derivativos de crédito mitigam o risco de crédito através da substituição dos parâmetros de risco do tomador pelos do garantidor.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Para a utilização de cada tipo de instrumento mitigador no cálculo de capital regulatório, o Itaú Unibanco compara as especificações do instrumento frente aos requisitos previstos na regulação prudencial vigente. Neste processo, são avaliados o nível de cobertura da exposição mitigada, o fator de ponderação de risco (FPR) do mitigador, os prazos de vencimento, as moedas de denominação ou indexação, entre outros aspectos.

No caso de operações de crédito garantidas por alienação fiduciária ou hipoteca em 1º grau de imóvel residencial, a mitigação é determinada pelo FPR aplicado à exposição de acordo com o texto vigente da Circular BACEN 3.644. Estas operações, portanto, não se submetem aos procedimentos previstos na Circular BACEN 3.809.

A tabela a seguir apresenta o valor total mitigado pelos instrumentos mitigadores (garantias reais e fidejussórias), calculado nos padrões definidos pelo texto vigente da Circular BACEN 3.809. Por determinação da Circular, no início de cada exercício social a instituição deve optar entre a Abordagem Simples e a Abordagem Abrangente para mitigação do risco de crédito. O Itaú Unibanco passou a utilizar a Abordagem Abrangente a partir de janeiro de 2019.

#### Valor Total Mitigado

	R\$ milhões		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Garantias Reais<sup>(1)(2)</sup></b>	<b>303.751</b>	<b>334.885</b>	<b>365.369</b>
<b>Garantias Fidejussórias e Demais Garantias</b>	<b>47.538</b>	<b>48.822</b>	<b>50.692</b>
FPR 0%	8.664	8.488	10.400
FPR 20%	-	21	3.494
FPR 50%	37.839	39.510	36.332
FPR 85%	1.034	803	467
<b>Netting<sup>(1)(2)</sup></b>	<b>39.684</b>	<b>38.546</b>	<b>388.970</b>

<sup>(1)</sup> A partir de jan/19 adotou-se a Abordagem Abrangente para a aplicação dos instrumentos mitigadores.

<sup>(2)</sup> A partir de jun/19 o cálculo do valor da exposição relativa ao Risco de Crédito da Contraparte para derivativos considera a Abordagem SA-CCR (Standardised Approach to Counterparty Credit Risk). Nesta abordagem os valores informados representam os impactos dos mitigadores nas exposições, não no Nocional dos derivativos. Aplicando a mesma metodologia à data-base de 30/09/2018, os valores referentes às Garantias Reais, às Garantias Fidejussórias e Demais Garantias e ao Netting seriam de R\$301.389 milhões, R\$47.256 milhões e R\$13.788 milhões, respectivamente.

### Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para o consumo de limite da contraparte como para a alocação de capital. Para derivativos, calcula-se também o risco de crédito potencial (RCP), interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento. Após o vencimento do contrato de derivativo, o Itaú Unibanco tem como prática provisionar os créditos a receber desses instrumentos.

Os acordos de compensação e liquidação das operações são definidos pela Resolução CMN 3.263 e, a partir de janeiro de 2017, o Itaú Unibanco passou a considerá-los no cálculo do seu capital regulatório, conforme Circular BACEN 3.809.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

De acordo com a Circular BACEN 3.644, para o cálculo da exposição global líquida ao Risco de Crédito de Contraparte decorrente de operações a liquidar, considera-se a aplicação do Fator de Conversão de Crédito de Operações a Liquidar (FCL).

Conforme Circular BACEN 3.904, a partir de junho de 2019 o valor da exposição relativa ao Risco de Crédito da Contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos deve ser apurado por meio da Abordagem SA-CCR (Standardised Approach to Counterparty Credit Risk).

### Contratos de Derivativos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

	R\$ milhões		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Liquidados em sistema de liquidação (Bolsa) <sup>(1)</sup></b>	<b>6.598</b>	<b>6.270</b>	<b>6.811</b>
Valor Nocional	1.632.913	1.387.108	1.500.394
Exposição do ganho potencial futuro	3.252	6.991	1.538
Valor Positivo Bruto	14.019	11.240	5.273
Efeitos de acordos de compensação e liquidação de operações	10.673	11.960	-
<b>Não liquidados em sistema de liquidação (Balcão) - com garantia</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Valor Nocional	569.380	604.025	228.621
Exposição do ganho potencial futuro	3.031	5.365	3.175
Valor Positivo Bruto	15.117	11.906	7.668
Efeitos de acordos de compensação e liquidação de operações	17.570	16.606	7.137
Efeito de garantias	578	666	3.706
<b>Não liquidados em sistema de liquidação (Balcão) - sem garantia</b>	<b>16.104</b>	<b>12.640</b>	<b>20.968</b>
Valor Nocional	496.325	417.460	1.229.158
Exposição do ganho potencial futuro	4.256	4.240	9.054
Valor Positivo Bruto	11.848	8.400	11.913
<b>Exposição líquida a derivativos <sup>(2)</sup></b>	<b>22.702</b>	<b>18.910</b>	<b>27.779</b>

<sup>(1)</sup> Valores relativos a contratos liquidados em sistema de liquidação de câmara de compensação e de liquidação nos quais a câmara atue como contraparte central.

<sup>(2)</sup> A partir de jun/19 foi adotada a Abordagem SA-CCR (Standardised Approach to Counterparty Credit Risk) para o cálculo dos valores das exposições relativa ao Risco de Crédito da Contraparte para derivativos. Anteriormente, o cálculo do valor da exposição era obtido por meio da abordagem CEM (Current Exposure Method).

### Operações realizadas em nome de Clientes Sujeitas ao Risco de Crédito de Contraparte

	R\$ milhões		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Contratos de Derivativos <sup>(1)</sup></b>	<b>916</b>	<b>526</b>	<b>1.028</b>
Valor Nocional	3.393.049	2.385.931	1.061.278
Exposição do ganho potencial futuro	3.832	5.086	3.794
Valor Positivo Bruto	8.525	5.440	3.651
Efeitos de acordos de compensação e liquidação de operações	11.441	9.980	-
Efeito de garantias	-	21	6.417
<b>Contratos de Empréstimos de ativos</b>	<b>791</b>	<b>646</b>	<b>2.009</b>
Valor Nocional	12.825	11.025	4.868
Efeito de garantias	12.034	10.380	2.859
<b>Exposição líquida</b>	<b>1.707</b>	<b>1.172</b>	<b>3.037</b>

<sup>(1)</sup> A partir de jun/19 foi adotada a Abordagem SA-CCR (Standardised Approach to Counterparty Credit Risk) para o cálculo dos valores das exposições relativa ao Risco de Crédito da Contraparte para derivativos. Anteriormente, o cálculo da exposição era obtido por meio da abordagem CEM (Current Exposure Method).

O Itaú Unibanco considera que há risco de crédito de contraparte em compromissadas ativas (compra com compromisso de revenda) quando há diferença positiva entre o valor pago e o título recebido (quando este for elegível como mitigador); e em compromissadas passivas (venda com compromisso de recompra) quando há diferença positiva entre o título entregue e o valor recebido.

### Operações Compromissadas Sujeitas ao Risco de Crédito de Contraparte

	R\$ milhões		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Liquidados em sistema de liquidação <sup>(1)</sup></b>	<b>3.802</b>	<b>3.989</b>	<b>2.487</b>
<b>Compra com compromisso de revenda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.408</b>
Valor Nocional <sup>(2)</sup>	237.645	249.526	287.393
Efeito de garantias	237.645	249.526	284.985
<b>Venda com compromisso de recompra</b>	<b>3.802</b>	<b>3.989</b>	<b>79</b>
Valor Nocional <sup>(2)</sup>	228.414	242.931	207.967
Efeito de garantias	224.612	238.942	207.888
<b>Não liquidados em sistema de liquidação</b>	<b>7.631</b>	<b>8.357</b>	<b>5.404</b>
<b>Compra com compromisso de revenda</b>	<b>368</b>	<b>309</b>	<b>776</b>
Valor Nocional <sup>(2)</sup>	1.505	1.548	1.088
Efeito de garantias	1.137	1.239	311
<b>Venda com compromisso de recompra</b>	<b>7.263</b>	<b>8.048</b>	<b>4.627</b>
Valor Nocional <sup>(2)</sup>	46.290	58.347	68.931
Efeito de garantias	39.027	50.299	64.304
<b>Exposição líquida a compromissadas</b>	<b>11.433</b>	<b>12.346</b>	<b>7.891</b>

<sup>(1)</sup> Valores relativos a contratos liquidados em sistema de liquidação (Bolsa, Selic ou similar).

<sup>(2)</sup> Para as operações compromissadas o valor nocional é análogo ao valor positivo bruto.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Outros <sup>(1)</sup> Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

	R\$ milhões		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
Valor Nominal <sup>(2)</sup>	16.276	15.587	14.500
Garantias em Favor de Câmaras de Compensação e Liquidação	12.730	10.689	6.780
Efeitos de acordos de compensação e liquidação de operações	-	-	-
Efeito de garantias	-	-	-
<b>Exposição Líquida <sup>(3)</sup></b>	<b>13.506</b>	<b>11.404</b>	<b>7.286</b>

<sup>(1)</sup> Inclui contratos de TVM a liquidar e de câmbio e direitos por empréstimos de títulos e ações.

<sup>(2)</sup> Para estes contratos o valor nominal é análogo ao valor positivo bruto.

<sup>(3)</sup> Valor da exposição após aplicação do FCL, conforme Circular BACEN 3.644.

### Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

	R\$ milhões		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte</b>	<b>49.348</b>	<b>43.831</b>	<b>45.993</b>
Exposição líquida a derivativos <sup>(1)</sup>	22.702	18.910	27.779
Exposição líquida a compromissadas	11.433	12.346	7.891
Exposição líquida a outros contratos	13.506	11.404	7.286
Exposição líquida de operações realizadas em nome de clientes	1.707	1.172	3.037

<sup>(1)</sup> A partir de jun/19 foi adotada a Abordagem SA-CCR (Standardised Approach to Counterparty Credit Risk) para o cálculo dos valores das exposições relativa ao Risco de Crédito da Contraparte para derivativos. Anteriormente, o cálculo do valor da exposição era obtido por meio da abordagem CEM (Current Exposure Method).

### Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A aquisição de ativos financeiros obedece às mesmas políticas e a mesma governança de crédito estabelecida para as carteiras originadas no Itaú Unibanco. As aquisições de ativos financeiros objetivam o aumento da diversificação da carteira de crédito e o atendimento a demandas de clientes por liquidez. Já a venda e transferência de ativos financeiros atendem à demanda de investidores por ativos de crédito ou funcionam como instrumentos de gestão do risco de crédito da carteira.

As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente, com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios.

Desde janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução CMN 3.533 e normatizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

#### Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

	R\$ milhões		
	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Operações cedidas com coobrigação que estejam registradas em contas de compensação</b>	<b>71</b>	<b>69</b>	<b>91</b>
<b>Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios</b>	<b>3.172</b>	<b>3.424</b>	<b>4.175</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	3.142	3.391	4.141
Instituições Financeiras	30	33	34

#### Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

	R\$ milhões				
	3º Trim 2019	2º Trim 2019	1º Trim 2019	4º Trim 2018	3º Trim 2018
<b>Fluxo das exposições cedidas no trimestre com transferência substancial de riscos e benefícios</b>	<b>327</b>	<b>207</b>	<b>177</b>	<b>1.564</b>	<b>979</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	274	94	40	674	637
Securitizadoras	39	35	4	53	43
Instituições Financeiras	-	-	-	217	299
Outros <sup>(1)</sup>	14	78	133	620	-

<sup>(1)</sup> Operações realizadas com o setor público e com outras entidades de pessoa jurídica

#### Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

	R\$ milhões				
	3º Trim 2019	2º Trim 2019	1º Trim 2019	4º Trim 2018	3º Trim 2018
<b>Total das exposições adquiridas COM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>	<b>125</b>	<b>111</b>	<b>104</b>	<b>102</b>	<b>110</b>

**Aquisição de Ativos Financeiros**

R\$ milhões

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Saldo das exposições adquiridas COM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>			
<b>a) Por tipo de exposição</b>	<b>266</b>	<b>372</b>	<b>453</b>
Pessoa Física - Veículos e Arrendamento Mercantil	227	284	385
Pessoa Jurídica - Empréstimos (CCB)	-	-	2
Pessoa Jurídica -Outros	39	88	67
<b>b) Por tipo de cedente</b>	<b>266</b>	<b>372</b>	<b>453</b>
Instituições Financeiras	266	372	453

**Aquisição de Ativos Financeiros**

R\$ milhões

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Saldo das exposições adquiridas SEM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>			
<b>a) Por tipo de exposição</b>	<b>1.138</b>	<b>1.236</b>	<b>1.658</b>
Pessoa Física - Consignado	1.138	1.236	1.658
<b>b) Por tipo de cedente</b>	<b>1.138</b>	<b>1.236</b>	<b>1.658</b>
Instituições Financeiras	1.138	1.236	1.658

**Operações de Securitização**

O Itaú Unibanco possui em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização. A carteira é composta por Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e debêntures com característica de securitização (emissões com fluxo de recebimento dependente de desempenho dos recebíveis utilizados como lastro).

A exposição à securitização de FIDC, na visão consolidada, considera apenas as cotas dos fundos não consolidados no Conglomerado Prudencial. De acordo com a Circular BACEN 3.701, investimentos em FIDCs nos quais há controle ou retenção de riscos e benefícios por parte da instituição devem ser consolidados no Conglomerado Prudencial. O Itaú Unibanco trata títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização conforme a governança de produtos estabelecida, sendo o crédito aprovado nas alçadas competentes.

A retenção de riscos do Itaú Unibanco segue as diretrizes da Resolução CMN 3.533.

Na tabela seguinte, são apresentados os saldos destas operações.

**Exposições de Securitização<sup>(1)</sup>**

R\$ milhões

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>CRI</b>	<b>9.151</b>	<b>9.037</b>	<b>11.967</b>
Lastro: Financiamento Imobiliário	9.151	9.037	11.967
tranche única	7.951	7.773	10.544
subordinada	1.200	1.264	1.423
<b>CRA</b>	<b>274</b>	<b>158</b>	<b>104</b>
Lastro: Financiamento ao Agronegócio	274	158	104
tranche única	274	158	104
<b>FIDC</b>	<b>2.978</b>	<b>224</b>	<b>332</b>
Lastro: Direitos Creditórios	2.978	224	332
sênior	2.978	224	332
<b>Debênture</b>	<b>103</b>	<b>92</b>	<b>77</b>
Lastro: Carteira de Crédito	103	92	77
tranche única	103	92	77
<b>Total</b>	<b>12.507</b>	<b>9.510</b>	<b>12.480</b>

<sup>(1)</sup> Securitização Tradicional.

A seguir, tem-se o resumo das atividades de securitização no período:

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Atividade de Securitização do Período<sup>(1)</sup>

R\$ milhões

	3º Trim 2019	2º Trim 2019	1º Trim 2019	4º Trim 2018	3º Trim 2018
<b>CRI</b>	<b>612</b>	<b>150</b>	<b>75</b>	<b>62</b>	<b>253</b>
Lastro: Financiamento Imobiliário	612	150	75	62	253
<b>FIDC</b>	<b>90</b>	<b>1.851</b>	<b>575</b>	-	-
Lastro: Direitos Creditórios	90	1.851	575	-	-
<b>CRA</b>	<b>381</b>	<b>446</b>	<b>130</b>	-	<b>267</b>
Lastro: Financiamento ao Agronegócio	381	446	130	-	267
<b>Total</b>	<b>1.084</b>	<b>2.447</b>	<b>780</b>	<b>62</b>	<b>520</b>

<sup>(1)</sup> Securitização Tradicional.

Ressalta-se que a parcela do  $RWA_{CPAD}$  atribuível às exposições de securitização não é superior a 5% do valor da respectiva parcela em 30 de setembro de 2019.

O Itaú Unibanco apura seus ganhos e perdas no processo de securitização considerando suas diferentes atuações como originador ou investidor, ou seja, participante que realiza a cessão de carteira para fins de securitização, e o negociador de títulos securitizados, respectivamente.

Quando originador, o ganho ou perda é apurado através da diferença entre o valor recebido pelos ativos cedidos às securitizadoras e o valor contábil da carteira. Quando investidor, a apuração é feita através da diferença entre o valor de venda e o valor contábil do título securitizado.

Os ganhos e perdas no processo de securitização serão divulgados quando materiais.

### Derivativos de Crédito

O Itaú Unibanco compra e vende proteção de crédito, visando a atender às necessidades de seus clientes.

*CDS (credit default swap)* é um derivativo de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito da entidade de referência, o comprador da proteção tem direito a receber o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos, quando um evento de crédito ocorre, conforme os termos do contrato de *CDS*.

*TRS (total return swap)* é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de um ativo ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato de TRS, as partes não transferem a propriedade dos ativos.

### Nocional dos Derivativos de Crédito Mantidos na Carteira

R\$ milhões

	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
<b>Risco Transferido</b>	<b>2.848</b>	<b>2.493</b>	<b>1.829</b>
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	2.848	2.493	1.829
<b>Risco Recebido</b>	<b>(10.684)</b>	<b>(6.982)</b>	<b>(7.093)</b>
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	(7.399)	(6.982)	(7.093)
<i>Total Return Swap (TRS)</i>	(3.285)	-	-
<b>Total</b>	<b>(7.836)</b>	<b>(4.489)</b>	<b>(5.264)</b>
<b>Capital requerido do Risco Recebido</b>	<b>59</b>	<b>75</b>	<b>46</b>

### 6 Risco de Mercado

#### 6.1 Estrutura e Tratamento

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do Itaú Unibanco;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do Itaú Unibanco tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe na Nota Explicativa “5f V - Hedge Contábil”, das Demonstrações Contábeis Completas, disponível no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores).

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Circular BACEN 3.354 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;

- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O documento "Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, pode ser visualizado no site <https://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores>, na seção "Itaú Unibanco", "Governança Corporativa", "Regulamentos e Políticas", "Relatórios".

## 6.2 Análise da Carteira de Mercado

### Risco de taxa de juros na carteira bancária

O risco de taxa de juros é a perda potencial associada a variações dessas taxas no mercado em relação aos descasamentos de indexadores e prazos e entre aplicações e captações. A metodologia adotada envolve marcação a mercado dos diversos produtos, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros e o valor em risco por simulação histórica (*Var*) bem como testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do Itaú Unibanco.

Na gestão do risco de taxa de juros das carteiras de empréstimos que apresentam liquidações antecipadas relevantes, o Itaú Unibanco ajusta os vencimentos originais das operações, que aceleram o decaimento dos fluxos de pagamento originalmente contratados para melhor refletir o comportamento esperado de clientes.

Da mesma forma, os saldos de produtos que não possuem vencimento definido, como depósitos a vista e cadernetas de poupança, são tratados estatisticamente considerando comportamentos históricos e sazonais. A porção *core* é distribuída no tempo gerando exposição às variações de taxas de juros, de acordo com metodologias aprovadas internamente.

A tabela abaixo mostra a sensibilidade do valor das posições da carteira bancária a mudanças nas curvas de juros, seguindo metodologia e cenários de estresse adotados.

#### Sensibilidade das Carteiras Bancárias <sup>(1)</sup>

R\$ milhões

Fatores de Risco	Exposições	30/09/2019		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	<b>Risco de Variação em:</b>			
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(8)	(995)	(1.962)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(4)	(243)	(469)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(4)	(385)	(711)
TR	Taxa do cupom de TR	0	(1)	(1)

<sup>(1)</sup> Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

### Evolução da Carteira de Negociação

A evolução da Carteira de Negociação, detalhada pelos principais fatores de risco, é apresentada a seguir:

#### Valor Total da Carteira de Negociação

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	176.155	(193.895)	158.977	(151.473)	221.928	(214.914)
Taxas de Câmbio	101.922	(102.882)	92.300	(92.416)	146.866	(145.623)
Ações	268	(187)	327	(194)	3.067	(2.996)
Commodities	1.109	(1.099)	1.109	(1.062)	4	(12)

## Evolução da Carteira de Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de negociação e bancária nos respectivos fatores de risco.

### Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira Bancária - Com Contraparte Central<sup>(1)</sup>

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	192.798	(139.748)	112.204	(94.475)	283.271	(243.242)
Taxas de Câmbio	176.087	(201.663)	37.229	(58.672)	26.452	(32.032)
Ações	1.344	(505)	1.719	(147)	775	(542)
Commodities	370	(434)	8	(284)	163	(157)

(1) A partir do 1º trimestre de 2018, a consolidação de derivativos deixou de ser feita pelas posições das empresas individuais, passando a ser consolidada na visão da Itaú Unibanco Holding S.A.

### Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira Bancária - Sem Contraparte Central<sup>(1)</sup>

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	34.170	(26.427)	43.722	(35.619)	50.677	(41.779)
Taxas de Câmbio	16.972	(36.975)	22.253	(45.210)	14.081	(40.554)
Ações	-	(126)	-	(74)	-	(75)
Commodities	74	-	323	-	34	(46)

(1) A partir do 1º trimestre de 2018, a consolidação de derivativos deixou de ser feita pelas posições das empresas individuais, passando a ser consolidada na visão da Itaú Unibanco Holding S.A.

### Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira Bancária - Com Contraparte Central<sup>(1)</sup>

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	17.985	(11.370)	1.347	(4.249)	2.476	(4.711)
Taxas de Câmbio	82.584	(87.643)	84.544	(82.298)	68.200	(64.213)
Ações	810	(2.290)	368	(2.349)	186	(1.623)

(1) A partir do 1º trimestre de 2018, a consolidação de derivativos deixou de ser feita pelas posições das empresas individuais, passando a ser consolidada na visão da Itaú Unibanco Holding S.A.

### Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira Bancária - Sem Contraparte Central<sup>(1)</sup>

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	40.000	(113.963)	50.666	(109.629)	50.044	(115.148)
Taxas de Câmbio	289.800	(273.098)	293.987	(290.195)	238.363	(233.829)

(1) A partir do 1º trimestre de 2018, a consolidação de derivativos deixou de ser feita pelas posições das empresas individuais, passando a ser consolidada na visão da Itaú Unibanco Holding S.A.

## VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O VaR Consolidado do Itaú Unibanco é calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas (P&L's - *Profit and loss statement*) de uma carteira ao longo do tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos fatores de risco de mercado desta carteira. O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*holding period*) de um dia. Ainda em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

### VaR - Itaú Unibanco Holding<sup>(1)</sup>

R\$ milhões

VaR por Grupo de Fatores de Risco	30/09/2019	30/06/2019	30/09/2018
Taxas de Juros	682,0	813,7	720,0
Moedas	29,3	12,3	32,3
Ações	13,5	26,4	37,9
Commodities	1,5	1,7	1,4
<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(505,9)</b>	<b>(524,2)</b>	<b>(496,9)</b>
<b>VaR Total</b>	<b>220,4</b>	<b>329,9</b>	<b>294,7</b>
<b>VaR Total Máximo no Trimestre</b>	<b>398,3</b>	<b>413,9</b>	<b>476,3</b>
<b>VaR Total Médio no Trimestre</b>	<b>305,6</b>	<b>350,2</b>	<b>376,4</b>
<b>VaR Total Mínimo no Trimestre</b>	<b>208,7</b>	<b>297,8</b>	<b>294,7</b>

(1) Valores reportados consideram 1 dia como horizonte de tempo e 99% de nível de confiança.

O VaR Total caiu em relação ao trimestre anterior devido à menor exposição em taxas de juros.

### VaR e VaR Estressado Modelo Interno – Carteira Regulatória

O Itaú Unibanco, para a Carteira Regulatória, utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR e VaR Estressado, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de manutenção (*holding period*) de no mínimo 10 dias, que varia de acordo com a liquidez de mercado da carteira.

#### VaR - Itaú Unibanco - Carteira Regulatória<sup>(1)</sup>

VaR por Grupo de Fatores de Risco	30/09/2019		30/06/2019		30/09/2018	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxas de Juros	94,6	165,0	51,7	101,1	79,5	56,5
Moedas	70,7	292,2	31,9	43,4	77,9	89,2
Ações	25,1	36,2	39,3	45,3	42,2	40,1
Commodities	4,0	6,3	6,6	9,6	4,7	3,0
<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(105,4)</b>	<b>(322,5)</b>	<b>(80,3)</b>	<b>(140,0)</b>	<b>(71,9)</b>	<b>(85,6)</b>
<b>VaR Total</b>	<b>89,0</b>	<b>177,2</b>	<b>49,2</b>	<b>59,4</b>	<b>132,4</b>	<b>103,2</b>
<b>VaR Total Máximo no Trimestre</b>	<b>161,1</b>	<b>321,4</b>	<b>131,4</b>	<b>247,2</b>	<b>262,2</b>	<b>245,7</b>
<b>VaR Total Médio no Trimestre</b>	<b>109,9</b>	<b>132,9</b>	<b>72,9</b>	<b>117,8</b>	<b>140,5</b>	<b>140,0</b>
<b>VaR Total Mínimo no Trimestre</b>	<b>47,7</b>	<b>39,1</b>	<b>43,0</b>	<b>59,4</b>	<b>81,8</b>	<b>85,5</b>

*R\$ milhões*

<sup>(1)</sup> VaR calculado por simulação histórica, horizonte de 10 dias. Valores reportados consideram 99% de nível de confiança.

### Teste de Estresse

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas ou em choques pré-determinados nos fatores de risco.

Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo, é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

### Teste de Aderência

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.676. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99%, considerando uma janela de 250 dias úteis. Também são considerados os intervalos de confiança de 97,5% e 95% e as janelas de 500 e 750 dias úteis, respectivamente. As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O teste de aderência apresentou uma exceção em relação aos resultados efetivos e hipotéticos no período.

### Apreçamento de Instrumentos Financeiros

O apreçamento das carteiras do Itaú Unibanco utiliza, preferencialmente, cotações observadas nos mercados financeiros, capturadas através de fontes externas fidedignas, ou, para o caso de fatores não disponíveis em fontes especializadas, estimativas provenientes de modelos de apreçamento que representem a justa valorização das posições.

Dentre os parâmetros de apreçamento utilizados pelo Itaú Unibanco estão: taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos, ações, *commodities*, contratos derivativos, índices e volatilidades.

Os preços calculados pela área de *pricing* passam por um processo de validação independente diária das informações de preços, curvas e superfícies de volatilidade (*IPV – Independent price validation*), a fim de garantir a consistência e acurácia da informação.

## 7 Risco Operacional

### 7.1 Estrutura e Tratamento

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Itaú Unibanco classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Itaú Unibanco;
- Interrupção das atividades do Itaú Unibanco;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades no Itaú Unibanco.

Na gestão de risco operacional, inclui-se o risco de conduta, que é objeto de ações mitigatórias que contemplam a avaliação do desenho do produto (*suitability*) e dos modelos de incentivos. Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. O Itaú Unibanco possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao CA, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da instituição, a aprovação de processos, produtos e projetos de desenvolvimento sistêmico, o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais, garantindo uma base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório Acesso Público – Gestão Integrada Risco Operacional/Controles Internos/Compliance”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site [www.itau.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

### 7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo se antecipar e responder em nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Os planos existentes são:

- *Disaster Recovery*: Visa garantir a disponibilidade e integridade dos recursos de tecnologia de informação e comunicação em caso de falha no Data Center primário para manter o processamento dos sistemas críticos.
- Contingência de Local de Trabalho: Instalações alternativas, para conduzir suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios administrativos;
- Contingência Operacional: alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou respostas a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, uma vez ao ano.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para avaliação da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços.
- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças no entorno dos prédios utilizados pelo Itaú Unibanco.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar, com respostas tempestivas e integradas, os eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus clientes, colaboradores, reguladores, investidores e sociedade.

### 7.3 Validação Independente de Modelos de Riscos

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 3.646 e 3.674. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação do desenvolvimento matemático e teórico dos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* internacionais;
- *Backtesting* histórico do modelo;
- A correta implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

## 8 Risco de Liquidez

### 8.1 Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Adicionalmente, e em observância às exigências da Resolução CMN 4.090 e da Circular BACEN 3.749, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

O documento “Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

### 8.2 Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”), cujo cálculo segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, que está alinhada às diretrizes internacionais de Basileia, é definido pela seguinte razão:

$$LCR = \frac{HQLA}{Saídas_e - M\acute{m}(Entradas_e; 75\% \times Saídas_e)}$$

- HQLA – Ativos de Alta Liquidez (do inglês “*High quality liquid assets*”) = corresponde ao saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados mesmo durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são classificados como de baixo risco;
- Saídas<sub>e</sub> = total das potenciais saídas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN 3.749;
- Entradas<sub>e</sub> = total das potenciais entradas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN 3.749.

Conforme instruções da Carta Circular BACEN 3.775, bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões passaram, desde outubro de 2015, a enviar mensalmente ao BACEN o LCR do Conglomerado Prudencial. Esse indicador prevê exigência mínima regulatória progressiva, conforme demonstrado na tabela abaixo:

#### Cronograma de limites a serem observados

	2018	2019 <sup>(1)</sup>
Indicador mínimo de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	90%	100%

<sup>(1)</sup> Requerimento válido de 1º de janeiro de 2019 em diante.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	3º trimestre 2019 <sup>(1)</sup>		2º trimestre 2019 <sup>(2)</sup>		3º trimestre 2018 <sup>(3)</sup>	
	Valor Médio <sup>(4)</sup>	Valor Ponderado Médio <sup>(5)</sup>	Valor Médio <sup>(4)</sup>	Valor Ponderado Médio <sup>(5)</sup>	Valor Médio <sup>(4)</sup>	Valor Ponderado Médio <sup>(5)</sup>
<i>R\$ mil</i>						
<b>Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>						
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	-	152.914.162	-	157.473.705	-	179.507.182
<b>Saídas de Caixa<sup>(6)</sup></b>						
2 Captações de varejo, das quais:	270.539.589	23.165.400	272.758.451	23.945.425	271.310.918	24.337.896
3 Captações estáveis	151.649.019	7.582.451	147.671.997	7.383.600	138.404.574	6.920.229
4 Captações menos estáveis	118.890.570	15.582.949	125.086.454	16.561.825	132.906.344	17.417.668
5 Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	161.013.050	72.650.961	151.405.510	68.551.200	152.796.965	69.308.090
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	1.160.065	58.003	1.747.406	87.370	2.151.928	107.601
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	158.297.564	71.037.536	148.900.841	67.706.567	149.175.965	67.731.417
8 Demais captações de atacado não colateralizadas	1.555.421	1.555.421	757.263	757.263	1.469.073	1.469.073
9 Captações de atacado colateralizadas	-	9.676.950	-	8.986.657	-	5.740.085
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	240.080.908	30.086.436	232.476.205	28.735.069	222.339.528	29.595.362
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	32.507.267	15.199.248	28.795.838	13.247.048	23.571.941	11.775.921
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	1.186.913	1.186.913	1.644.233	1.644.233	3.880.923	3.880.923
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	206.386.728	13.700.275	202.036.134	13.843.787	194.886.663	13.938.517
14 Outras obrigações contratuais	61.569.911	61.569.911	58.135.317	58.135.317	58.243.800	58.243.800
15 Outras obrigações contingentes	82.633.326	10.214.205	82.906.636	11.003.989	91.159.671	11.581.524
16 Total de saídas de caixa	-	207.363.863	-	199.357.656	-	198.806.757
<b>Entradas de Caixa<sup>(6)</sup></b>						
17 Empréstimos colateralizados	161.229.812	242.561	176.742.445	242.572	179.692.316	368.834
18 Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	29.656.601	17.750.448	31.192.510	19.273.394	27.471.300	16.523.696
19 Outras entradas de caixa	100.517.145	88.728.917	97.149.929	85.648.141	87.515.098	76.856.387
20 Total de entradas de caixa	291.403.558	106.721.926	305.084.883	105.164.107	294.678.715	93.748.917
		<b>Valor Total Ajustado<sup>(7)</sup></b>		<b>Valor Total Ajustado<sup>(7)</sup></b>		<b>Valor Total Ajustado<sup>(7)</sup></b>
21 Total HQLA		152.914.162		157.473.705		179.507.182
22 Total de saídas líquidas de caixa		100.641.937		94.193.549		105.057.841
23 LCR (%)		151,9%		167,2%		170,9%

<sup>(1)</sup> Corresponde à média diária de 66 observações.

<sup>(2)</sup> Corresponde à média diária de 61 observações.

<sup>(3)</sup> Corresponde à média diária de 63 observações.

<sup>(4)</sup> Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

<sup>(5)</sup> Corresponde ao valor da aplicação dos fatores de ponderação.

<sup>(6)</sup> Corresponde às saídas (Saídas<sub>e</sub>) e entradas (Entradas<sub>e</sub>) potenciais de caixa.

<sup>(7)</sup> Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

A tabela demonstra que o Itaú Unibanco possui uma média de LCR no trimestre de 151,9%, portanto, a instituição possui confortavelmente ativos líquidos suficientes para suportar mais de 30 dias em um período de estresse de liquidez, idiossincrático ou sistêmico, previsto pela métrica.

### 8.3 Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

O indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR – do inglês *“Net Stable Funding Ratio”*), cujo cálculo segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, que está alinhada às diretrizes internacionais de Basileia, é definido pela seguinte razão:

$$NSFR = \frac{\text{Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)}}{\text{Recursos Estáveis Requeridos (RSF)}}$$

- ASF – Recursos Estáveis Disponíveis (do inglês *“Available Stable Funding”*) = corresponde ao saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos elementos registrados no passivo e no patrimônio líquido do balanço patrimonial da instituição, determinado pela Circular BACEN 3.869;
- RSF – Recursos Estáveis Requeridos (do inglês *“Required Stable Funding”*) = corresponde ao saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos elementos registrados no ativo e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial da instituição, determinado pela Circular BACEN 3.869.

# Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

## Informações sobre o indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

	30/09/2019				Valor após a ponderação (R\$ mil) <sup>(2)</sup>
	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R\$ mil)				
	Sem Vencimento <sup>(1)</sup>	Menor do que seis meses <sup>(1)</sup>	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano <sup>(1)</sup>	Maior ou igual a um ano <sup>(1)</sup>	
<b>Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)<sup>(3)</sup></b>					
1 Capital	-	-	-	185.073.922	185.073.922
2 Patrimônio de Referência, bruto de deduções regulatórias	-	-	-	140.274.852	140.274.852
3 Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	44.799.071	44.799.071
4 <b>Captações de Varejo, das quais:</b>	<b>139.166.683</b>	<b>153.995.077</b>	<b>6.630.752</b>	<b>9.571.163</b>	<b>287.271.609</b>
5 Captações Estáveis	99.889.994	57.106.059	747.638	231.740	150.088.247
6 Captações Menos Estáveis	39.276.689	96.889.018	5.883.114	9.339.423	137.183.362
7 <b>Captações de Atacado, das quais:</b>	<b>33.214.914</b>	<b>495.964.153</b>	<b>59.444.787</b>	<b>98.362.450</b>	<b>222.788.923</b>
8 Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	2.894.618	-	-	-	1.447.309
9 Outras Captações de atacado	30.320.297	495.964.153	59.444.787	98.362.450	221.341.614
10 <b>Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes</b>	-	<b>74.914.829</b>	<b>3.620.945</b>	-	-
11 <b>Outros passivos, dos quais:</b>	<b>88.699.551</b>	<b>154.942.899</b>	<b>153.207</b>	<b>4.786.427</b>	<b>4.863.030</b>
12 Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero	-	26.892.817	-	-	-
13 Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	88.699.551	128.050.082	153.207	4.786.427	4.863.030
14 <b>Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)</b>	<b>261.081.149</b>	<b>879.816.958</b>	<b>69.849.691</b>	<b>297.793.962</b>	<b>699.997.484</b>
<b>Recursos Estáveis Requeridos (RSF)<sup>(3)</sup></b>					
15 <b>Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>	<b>119.971.241</b>	<b>139.234.392</b>	<b>29.853</b>	<b>22.422.102</b>	<b>13.088.970</b>
16 Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
17 <b>Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não financeiras e bancos centrais, dos quais:</b>	-	<b>409.765.699</b>	<b>84.552.447</b>	<b>319.599.453</b>	<b>394.577.049</b>
18 Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	14.194.649	-	-	1.419.465
19 Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, De Nível 2B ou sem colateral	-	26.985.967	4.842.584	17.858.614	24.327.801
20 Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	-	354.691.837	64.916.103	171.329.192	249.524.827
21 Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	-	-
22 Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	-	5.739.018	4.987.567	67.933.161	55.573.628
23 Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	-	-	-	43.203.098	28.955.194
24 Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	-	8.154.228	9.806.193	62.478.487	63.731.329
25 <b>Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes</b>	-	<b>95.908.785</b>	<b>10.139.417</b>	<b>648.305</b>	-
26 <b>Outros ativos, dos quais:</b>	<b>5.759.939</b>	<b>202.411.164</b>	<b>7.428.455</b>	<b>100.744.240</b>	<b>171.997.511</b>
27 Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	-	-	-	-	-
28 Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação	-	-	-	23.188.979	19.710.632
29 Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero	-	-	-	28.832.296	1.939.478
30 Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação	-	-	-	1.344.641	1.344.641
31 Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	5.759.939	202.411.164	7.428.455	47.378.325	149.331.560
32 <b>Operações não contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>390.638.217</b>	-	-	-	<b>16.279.813</b>
33 <b>Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)</b>	<b>516.369.397</b>	<b>847.320.039</b>	<b>102.150.171</b>	<b>443.414.101</b>	<b>595.943.343</b>
					<b>Valor Total Ajustado(4)</b>
<b>Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)</b>					<b>699.997.484</b>
<b>Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)</b>					<b>595.943.343</b>
34 <b>NSFR (%)</b>					<b>117,5%</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao saldo total referente ao item de recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

<sup>(2)</sup> Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

<sup>(3)</sup> Corresponde aos recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

<sup>(4)</sup> Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

## Comparativo NSFR

	30/09/2019		30/06/2019	
	Valor Total <sup>(1)</sup>	Ajustado	Valor Total <sup>(1)</sup>	Ajustado
<b>Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)</b>	<b>699.997.484</b>		<b>684.688.535</b>	
<b>Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)</b>	<b>595.943.343</b>		<b>565.158.476</b>	
<b>NSFR (%)</b>	<b>117,5%</b>		<b>121,1%</b>	

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

O Itaú Unibanco possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram R\$ 700,0 bilhões no 3º trimestre, compostos principalmente por Capital, Captações do Varejo e do Atacado. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) totalizaram R\$ 595,9 bilhões no 3º trimestre, compostos principalmente pelos Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais.

A tabela demonstra que o NSFR no fechamento do trimestre é de 117,5%, acima do limite de 100%, e portanto a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

### 9 Outros Riscos

#### Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

#### Risco Socioambiental

O Itaú Unibanco entende o risco socioambiental como o risco de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pela instituição no desenvolvimento de suas atividades.

As ações de mitigação do risco socioambiental são efetuadas através de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e no registro das ocorrências em bases internas. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento deste risco no Itaú Unibanco. A gestão do risco socioambiental é efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com avaliação especializada da área de risco e da área jurídica, que dispõem de equipe técnica dedicada. As unidades de negócio contam ainda com a governança de aprovação de novos produtos, que contempla em sua avaliação o risco socioambiental, garantindo a observância deste requisito nos novos produtos aprovados pela instituição. A governança conta ainda com o Comitê de Risco Socioambiental, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais relacionados à exposição ao risco socioambiental para as atividades da instituição.

O Itaú Unibanco está constantemente progredindo na governança do risco socioambiental, sempre atento aos desafios para acompanhar as mudanças e as demandas da sociedade. Assim, dentre outras ações, a instituição assumiu e incorporou aos seus processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro *GHG Protocol*, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros. Os esforços da instituição para expandir os conhecimentos sobre avaliação dos critérios sociais e ambientais têm sido reconhecidos dentro e fora do país, como mostra a presença recorrente da instituição nos principais índices de sustentabilidade no exterior, como no *Dow Jones Sustainability Index*, e recentemente, no Índice de Sustentabilidade *Euronext Vigeo – Emerging 70*, e no Brasil, como no Índice de Sustentabilidade Empresarial, além dos diversos prêmios que o Itaú Unibanco recebeu.

#### Risco Regulatório e de Conformidade

O risco regulatório e de conformidade é o risco de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por reguladores decorrentes do não cumprimento de requerimentos regulatórios. O risco regulatório e de conformidade é gerenciado por meio de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e monitorar as ações voltadas para a aderência às exigências normativas.

O Itaú Unibanco possui fluxo estruturado para o tratamento de normas, que envolve diversas áreas da instituição, abrangendo as etapas de pesquisa e captura, distribuição de alteração no ambiente regulatório e acompanhamento dos planos de ação para aderência regulatória, sendo que todos os processos estão definidos em normativos internos. Nesse processo estruturado estão contempladas as seguintes ações: (i) interpretar as alterações do ambiente regulatório; (ii) acompanhar tendências regulatórias; (iii) prezar pelo relacionamento da instituição com os órgãos reguladores, autorreguladores e entidade de representação; (iv) acompanhar os planos de ação para aderência regulatória ou autorregulatória; (v) coordenar programa para atender normas relevantes, como o de Integridade e Ética; (vi) reportar temas regulatórios em fóruns de Risco Operacional e Compliance de acordo com a estrutura de colegiados estabelecida em política interna.

### **Risco de Modelo**

O risco de modelo é o risco proveniente dos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado.

A utilização de modelos pode levar à tomada de decisões mais apuradas e seu uso, cada vez mais presente na instituição, tem apoiado decisões estratégicas em diversos contextos, como na aprovação do crédito, no apreçamento de operações, na estimativa de curvas de volatilidade, no cálculo de capital, entre outros.

Devido ao crescente uso de modelos, impulsionado pela aplicação de novas tecnologias e pela ampliação do uso de dados, o Itaú Unibanco aperfeiçoou sua governança em relação ao desenvolvimento e monitoramento dos mesmos, através da definição de diretrizes, políticas e procedimentos que visam a assegurar a qualidade e a mitigação dos riscos associados.

### **Risco Reputacional**

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no valor da marca e/ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade do Itaú Unibanco de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e/ou continuar tendo acesso a fontes de captação.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição está calçada em sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate a atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a localização, a disposição, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilegais. O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca um alinhamento contínuo com as melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanente de seus colaboradores.

Para o Itaú Unibanco estar em conformidade com as diretrizes dessa política corporativa, se estabeleceu um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Itaú Unibanco e suas controladas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho da Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de Risco Operacional, e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa corporativo de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Políticas”, “Política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos”.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos modelos de análise de dados para aprimorar a metodologia de classificação de risco do cliente, monitoramento de transações e KYC, a fim de proporcionar maior acurácia em suas análises e diminuição de falsos positivos. O Itaú Unibanco também vem inovando suas soluções de modelagem utilizando novos métodos baseados em técnicas de *machine learning*, a fim de identificar atividades potencialmente suspeitas.

Além disso, o Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes e do público em geral em quaisquer operações. Para isso, possui Política Corporativa de Segurança da Informação e Cyber Security e conta com uma estrutura de monitoramento e controle dos processos abrangendo tecnologia, áreas de negócio e unidades internacionais, aderentes aos principais reguladores e auditorias externas e às melhores práticas e certificações de mercado. Adicionalmente, um *Security Operation Center* (SOC) atuando 24 horas por dia, sete dias por semana, contribui para a cibersegurança dos canais eletrônicos e do parque tecnológico do Itaú Unibanco, para o monitoramento das operações e consequente minimização do risco de um incidente de segurança.

A Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* pode ser visualizada no site [www.italu.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Política Corporativa de Segurança da Informação e Cyber Security”.

### Risco País

O Risco País é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país em questão.

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento da utilização dos limites.

### Risco de Negócio e Estratégia

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da inabilidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do CA, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a ARF nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

## 10 Anexo I

## Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

	30/09/2019		
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil)	Referência do balanço do conglomerado
<b>Capital Principal: instrumentos e reservas</b>			
1 Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	97.148.000	-	(k)
2 Reservas de lucros	28.857.010	-	(l)
3 Outras receitas e outras reservas	1.070.727	-	(m)
4 Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
5 Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal <sup>1</sup>	<b>12.328.950</b>	-	(j)
<b>6 Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	<b>139.404.687</b>		
<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>			
7 Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	220.626	-	
8 Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	6.142.661	-	(e)
9 Ativos intangíveis	8.000.627	-	(h) / (i)
10 Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998 <sup>2</sup>	4.610.536	-	(b)
11 Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	(1.793.721)	-	
12 Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	
13 Ganhos resultantes de operações de securitização			
14 Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15 Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	-	(d)
16 Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	1.306.923	-	(n)
17 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
19 Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
20 Direitos por serviços de hipoteca			
21 Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
22 Valor que excede a 15% do Capital Principal	<b>7.681.750</b>	-	
23 do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	<b>5.527.458</b>	-	
24 do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25 do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização <sup>2</sup>	2.154.292	-	
26 Ajustes regulatórios nacionais	-	-	
26.a Ativos permanentes diferidos	-	-	(g)
26.b Investimento em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-	
26.c Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	
26.d Aumento de capital social não autorizado	-	-	
26.e Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-	
26.f Depósito para suprir deficiência de capital	-	-	
26.g Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	(i)
26.h Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-	
26.i Destaque do PR	-	-	
26.j Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	-	
27 Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-	
<b>28 Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>	<b>26.169.402</b>		
<b>29 Capital Principal</b>	<b>113.235.285</b>		

1 Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores.

2 Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

		30/09/2019	
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil)	Referência do balanço do conglomerado
<b>Capital Complementar: instrumentos</b>			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	11.513.064	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar <sup>(3)</sup>	108.032	-
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	<b>Capital Complementar antes das deduções regulatórias</b>	<b>11.621.096</b>	
<b>Capital Complementar: deduções regulatórias</b>			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39	Valor agregado dos investimentos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-	
40	Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Complementar emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	
43	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	<b>-</b>	
44	<b>Capital Complementar</b>	<b>11.621.096</b>	
45	<b>Nível I</b>	<b>124.856.381</b>	
<b>Nível II: instrumentos</b>			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II		
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 <sup>4</sup>	11.833.538	27.611.589
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II <sup>3</sup>	64.636	-
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	
51	<b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	<b>11.898.174</b>	
<b>Nível II: deduções regulatórias</b>			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54	Valor agregado dos investimentos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, que exceda 10% do valor do Nível II	-	
55	Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	<b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>	<b>-</b>	
58	<b>Nível II</b>	<b>11.898.174</b>	
59	<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>136.754.555</b>	
60	<b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	<b>887.512.043</b>	

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192.

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

		30/09/2019	
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil)	Referência do balanço do conglomerado
<b>Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal</b>			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	12,8%	
62	Índice de Nível I (IN1)	14,1%	
63	Índice de Basileia (IB)	15,4%	
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	8,0%	
65	do qual: adicional para conservação de capital	2,5%	
66	do qual: adicional contracíclico	0,0%	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA) <sup>5</sup>	3,5%	
<b>Mínimos Nacionais</b>			
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III	4,5%	
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6,0%	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	8,0%	
<b>Valores abaixo do limite para dedução (antes da ponderação pelo risco)</b>			
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	1.461.720	
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	17.749.346	(f) / (a)
74	Direitos por serviços de hipoteca		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal <sup>2</sup>	8.764.125	(c)
<b>Limites à inclusão de provisões no Nível II</b>			
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-	
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-	
<b>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)</b>			
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 <sup>4</sup>	11.833.538	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite <sup>4</sup>	27.611.589	

1 Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores.

2 Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas.

3 Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192.

4 Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192.

5 Inclui adicional de capital principal de importância sistêmica, cuja exigência corresponde a 1,0%.

## 11 Glossários

### 11.1 Glossário de Siglas

#### A

- ACP – Adicional de Capital Principal
- ACCP – Adicional Contracíclico de Capital Principal
- ARF – Área de Riscos e Finanças
- ASF – *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)
- AVA - Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças

#### B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BIA - *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)
- BIS - *Bank for International Settlements*

#### C

- CA – Conselho de Administração
- CCB – Cédula de Crédito Bancário
- CDP – *Carbon Disclosure Project*
- CDS - *Credit Default Swap*
- CEM - *Current Exposure Method*
- CEO – *Chief Executive Officer*
- CGRC – Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados
- Comef – Comitê de Estabilidade Financeira
- CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio
- CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários
- CRO – *Chief Risk Officer*
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários

#### D

- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

#### E

- EP – Princípios do Equador
- EVE – *Economic Value of Equity*

#### F

- FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
- FCC – Fator de Conversão de Crédito
- FCL – Fator de Conversão de Crédito de Operações a Liquidar
- FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

### G

- G-SIB – *Global Systemically Important Banks*
- GHG – *Greenhouse Gas*

### H

- HQLA – *High quality liquid assets*

### I

- IAISG - Informações para Avaliação da Importância Sistêmica Global
- ICAAP – Processo interno de avaliação da adequação de capital
- IPV – *Independent Price Validation*
- IRB – *Internal Ratings Based*
- IRRBB – Risco de variação das Taxas de Juros em instrumentos classificados na Carteira Bancária

### J

- JCP – Juros sobre capital próprio

### K

- KYC – Conheça seu cliente
- KYP – Conheça sua parceiro
- KYS – Conheça seu fornecedor
- KYE – Conheça seu funcionário

### L

- LCR – *Liquidity Coverage Ratio*

### M

- MtM – *Mark to Market*

### N

- NII – *Net Interest Income*
- NSFR – *Net Stable Funding Ratio*

### P

- PCN - Planos de Continuidade de Negócios
- PIB – Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PRI – Princípios de Investimento Responsável
- PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
- P&L – *Profit and loss statement*

### R

- RAS – *Risk Appetite Statement*
- RCAP - *Regulatory Consistency Assessment Programme*
- RCP - Risco de Crédito Potencial
- RSF – *Required Stable Funding* (Recursos Estáveis Requeridos)
- RWA - *Risk Weighted Assets* (*ativos ponderados pelo risco*)
- RWA<sub>CPAD</sub> - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA<sub>MINT</sub> - parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem interna
- RWA<sub>MPAD</sub> - parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem padronizada

- $RWA_{OPAD}$  - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional

### S

- SA-CCR – *Standardised Approach to Counterparty Credit Risk*
- SARB – Sistema de Autorregulação Bancária
- SFN – Sistema Financeiro Nacional
- SOC – *Security Operation Center*
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

### T

- TI - Tecnologia da Informação
- TR - Taxa Referencial
- TRS - *Total Return Swap*
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

### V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

### 11.2 Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002
- Circular BACEN 3.316, de 30 de abril de 2008
- Circular BACEN 3.354, de 27 de junho de 2007
- Circular BACEN 3.640, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.676, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.678, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.701, de 13 de março de 2014
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.751, de 19 de março de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Circular BACEN 3.846, de 13 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.848, de 18 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.849, de 18 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.869, de 19 de dezembro de 2018
- Circular BACEN 3.876, de 31 de janeiro de 2018
- Circular BACEN 3.904, de 06 de junho de 2018.
- Circular BACEN 3.921, de 05 de dezembro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.706, de 05 de maio de 2015
- Carta Circular BACEN 3.775, de 16 de dezembro de 2015
- Carta Circular BACEN 3.782, de 19 de setembro de 2016
- Carta Circular BACEN 3.841, de 27 de julho de 2017
- Comunicado BACEN 30.371, de 30 de janeiro de 2017
- Comunicado BACEN 34.133, de 03 de setembro de 2019
- Resolução CNSP 321, de 15 de julho de 2015
- Resolução CMN 3.263, de 24 de novembro de 2004
- Resolução CMN 3.533, de 31 de janeiro de 2008
- Resolução CMN 3.921 de 25 de novembro 2010
- Resolução CMN 4.090, de 24 de maio de 2012
- Resolução CMN 4.192, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.193, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.195, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.502, de 30 de junho de 2016
- Resolução CMN 4.512, de 28 de julho de 2016
- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017
- Resolução CMN 4.615, de 30 de novembro de 2017
- Resolução CMN 4.680, de 31 de julho de 2018
- Normativo SARB 017/2016, de 25 de agosto de 2016